



OFICINAS QUE ACONTECERÃO DURANTE O EVENTO

1. HASHTAG MULHERES NA CIÊNCIA: REPRESENTATIVIDADE IMPORTA SIM!

Proponentes: Maria Ruthe Gomes da Silva (Graduanda em Física Licenciatura/UEPB); Mayara Gomes da Silva (Graduada em Ciências Biológicas Licenciatura e pós-graduanda em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar/UEPB).

Resumo: Esta oficina é uma adaptação da proposta pedagógica “Gênero e Machismo: Lugar de mulher é na Ciência” do livro “Olhares sobre a (in)diferença: formar-se professor de ciências a partir de uma perspectiva de Educação em Direitos Humanos” sob a organização do pesquisador Roberto Dalmo Varallo Lima de Oliveira e da pesquisadora Glória Regina Pessôa Campello Queiroz. Constantemente estamos cercadas por imagens que veiculam vários tipos de informações através de jornais, revistas, panfletos e livros. Essas mídias constituem uma importante fonte de comunicação visual. Os livros didáticos, por exemplo, trazem uma diversidade de conteúdos que se mostram através de fotografias, história em quadrinhos, desenhos, gráficos, etc. Essas ilustrações chegam a ocupar aproximadamente metade dos livros didáticos. Devido à importância da imagem no processo educacional e com fundamento nas discussões sobre o feminismo e o ensino de ciências, propomos esta oficina a fim de refletirmos sobre os papéis sociais definidos e destinados historicamente para mulheres e homens e como essas definições estão refletidas nas imagens trazidas por livros didáticos de ciências. Essa oficina dar-se-á através de quatro momentos: (I) Desenvolver a atividade de sensibilização: “Lugar de Mulher é onde Ela quiser!”; (II) Realizar a atividade de aprofundamento: “Representatividade de Mulheres e Homens em imagens trazidas por Livros Didáticos de Ciências”; (III) Promover um momento de celebração através da música: “Desconstruindo Amélia” da cantora nordestina Pitty; (IV) E finalmente a atividade de compromisso que inclui construir cartazes sobre mulheres cientistas e suas principais contribuições para a ciência. A oficina terá duração de quatro horas, com uma abordagem teórico-prática e um delineamento histórico-cultural acerca da temática. Os materiais usados em cada etapa serão: (I) Placas contendo palavras referentes a gostos utilitários e atividades humanas, exemplo: azul, rosa, cozinhar, estudar; Whiteboards, pinceis e apagadores; (II) Livros didáticos de ciências; (III) Música impressa; Computador e caixa de som portátil; (IV) Fotografias, nomes e algumas informações de descobertas de mulheres cientistas; Cartolinas e cola branca. Com esta oficina esperamos evidenciar a importância de reflexões sobre as representações femininas na ciência e nos livros didáticos de ciências e como isso influencia nas concepções de estudantes sobre os papéis de mulheres e homens na sociedade e na construção do conhecimento científico. Além disso, esperamos que esta oficina possa contribuir como ponto de partida para professoras, professores, estudantes das Ciências, bem como das diversas áreas do conhecimento, ativistas e afins, que queiram tornar suas práticas mais inclusivas numa perspectiva de educação em direitos humanos.

2. “NÃO ESPERAVAM QUE SOBREVIVÉSSEMOS”: AFROCUIDADO, AFROAFETIVIDADE E OUTRAS TECNOLOGIAS DE SOBREVIVÊNCIA AO PATRIARCADO CIS-HÉTERO CAPITALISTA DA SUPREMACIA BRANCA” Proponentes: Annie Gonzaga Lorde (Coletiva Otim); Jessica Oliveira de Jesus (Mestranda)

em Estudos da Tradução/UFSC e integrante da Coletiva Otím).

Resumo: Propomos um espaço de diálogo entre LGBTTQIs que aborde intersecções identitárias como branquitude, negritude, espiritualidade, classe, des-construção de desejos, anti-especismo, anti-gordofobia, anti-capitalismo, anti-colonialidades e que fortaleça um ativismo em meio à e afirmando alianças desde a diferença, reconhecendo o amor entre mulheres/lésbicas/ sapa-trans, amigas e comunidade espiritual, ancestral, matriarcal e política. Assim, também gostaríamos, por meio da oficina, de ampliar e fortalecer micro e macro redes de apoio, ações conjuntas, auto-cuidado e cuidado mútuo entre pessoas racializadas, dissidentes sexuais e/ou de gênero, pois acreditamos que redes com bases em laços afetivo-políticos estariam menos suscetíveis a rachas internos e poderiam melhor contestar o racismo, o machismo, a misoginia, a lesbo-homo-transfobia, nos mantendo vivas, conectadas, articuladas, empoderadas e felizes. Trazemos olhares interseccionais a partir das nossas próprias narrativas, conhecimentos ancestrais, experiências subjetivas e políticas. A oficina propõe contribuições amorosas, ampliação e fortalecimento de redes na luta contra lesbo-homo-transfobia, racismo, misoginia e epistemicídio. Metodologia: Divulgação e disponibilização de textos teóricos/poemas para xs inscritxs. Alongamento de capoeira com música; apresentação dxs participantes e ministrantes, roda de conversa, troca de experiências, leitura, troca sobre trechos dos textos escolhidos e/ou poesia, arte, música, conhecimento e estratégia(s) de auto-cuidado que xs participantes queiram compartilhar. Então, de acordo com interesses, afinidades e propósitos separação em grupos menores (3 a 5 pessoas) para feitura coletiva de material sobre a oficina (desenho, poema, cartaz, manifesto, carta, estratégia de formação/ampliação de rede, etc.). Observamos que a produção individual também será possível e que a oficina será exclusiva para LGBTTQI racializadxs. Número ideal de participantes: 20-25.

3. OFICINA DE TEATRO - PERFORMANCE PARA MULHERES: EXPURGOS

Proponente: Andréia Fábila (Mestranda em Artes Cênicas, PPGAC/UFBA).

Resumo: A performance é descrita como uma modalidade artística de fronteira, por permitir o diálogo com elementos oriundos, desde as artes cênicas, passando pelas plásticas e sonoras até as audiovisuais, assim, a oficina busca desenvolver habilidades performáticas a partir de estratégias de desconstrução dos paradigmas de encenação, viabilizando mobilizações estéticas, políticas e sociais, que têm no corpo, e neste caso o corpo feminino, corpo esse, cuja trajetória histórica renegou e subjetivou a visibilidade, e que hoje trava embates voltados a direitos humanos fundamentais, o meio de comunicação que é capaz de expandir limites e buscar novas formas de exploração dos espaços, conceitos e questionamentos da sociedade contemporânea. A oficina tem como objetivo Geral fazer com que as mulheres participantes desenvolvam habilidades cênico-performáticas, pautadas no improviso e na autocriação. Tendo como mote o corpo feminino enquanto ato político e o espaço urbano e suas opressões a esse corpo. A fim de compreender as relações entre a arte e a leitura individual de cada atriz-performer dessa realidade, por meio de uma auto investigação cênica. Propõe abordagens sobre temas como experimentações práticas em torno do improviso, da desmecanização, e da desconstrução da atuação cênica; discussões sócio-políticas que se relacionam com o corpo da mulher e o contexto da cidade; discussão sobre os limites supostos entre as linguagens artísticas; Auto investigação performática para a criação de mini cenas. A metodologia utilizada basear-se-á em discussões sobre possíveis temas a ser explorados; limites entre dança, teatro, artes plásticas e como a performance permeia essas modalidades; reconhecimento do corpo e da voz como agentes modificadores do espaço; Interação não verbal como iniciativa imaginativa; a criação como princípio sócio- educativo e pleno de experiência; estímulo à construção e o reconhecimento pela ludicidade de sujeitas críticas e reflexivas socialmente; experimentos práticos de desconstrução de utilização de objetos cotidianos, como forma de desmecanização do indivíduo. De maneira geral, buscamos alcançar mulheres a partir de 18 anos que tenham interesse pelas linguagens artísticas e temas sócio-políticos, bem como aquelas que tenham a possibilidade de multiplicar os saberes compartilhados nas oficinas em outros ambientes. A própria noção de faixa etária estipulada, foi pautada nesse critério, visando maior compreensão e participação do público com relação aos temas abordados, e à possibilidade de dar continuidade a um trabalho cênico na cidade. A oficina tem como objetivos desenvolver habilidades cênicas pautadas no improviso e na desconstrução dos métodos de atuação; trabalhar

questões sócio-políticas a partir da linguagem artística; discutir os limites supostos entre as áreas da dança, teatro, artes plásticas, a partir da abordagem performática; desenvolver a visão do corpo da mulher como mais um veículo de expressão artística, que pode intervir em espaços que vão além dos palcos, explorando também outras maneiras de ver o entorno.

4. CORPO XAMÂNICO: DESCONSTRUINDO O CONCEITO DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DO CORPO PRÉ-EXPRESSIVO - Proponente: Jose Nilton dos Santos (Mestrando em Artes Cênicas/UFRN).

A proposta desta oficina se consolida na realização de um experimento prático sobre o corpo pré-expressivo dentro do conceito de antropologia teatral de Eugênio Barba e do movimento corporal estabelecida a partir da prática cultural. O corpo xamânico é uma referência às práticas mágicas e religiosas (animista, primitiva) estudadas pelo antropólogo Lévi Strauss, que envolve energia corporal, transe, contato entre corpos, apropriação de energia animal e sexual. O corpo em estado de energia xamânica não possui identidade de gênero. A desconstrução do gênero no corpo xamânico é obtida através de exercícios físicos de repetição, respiração e mentalizações de corrente energética sexual no corpo. Esta oficina foi idealizada a partir da pesquisa de mestrado O papel do ator-xamã num espetáculo-ritual, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGARC/UFRN) orientada por Nara Graça Salles, linha de pesquisa Linguagens da Cena. Os exercícios propostos para esta oficina são baseados na pré-expressividade teatral e inspirados nos trabalho de xamãs que unificam as polaridades femininomasculino num único corpo energético, do qual fluem movimentos livres de identidade, para adquirir um novo entendimento e compreensão de corpo. O processo de desconstrução do conceito de gênero para a construção do corpo xamânico se associa a práticas mágicas e religiosas não colonizadoras, provenientes dos xamãs em estado mental de semi-transe, que trabalham o corpo e mente para estabelecer o contato espiritual com a sua natureza interior/exterior. As forças da natureza são compreendidas pelo xamã como potências de vibração e ritmo, e que também estão presentes em seu corpo, costuma ser associado pelos xamãs ao ímpeto externo: o grito, esforço muscular repetitivo que termina por se diluir no espaço de atuação do corpo xamânico livre de estereótipos de gênero. Tudo é tudo, masculino e feminino se confluem para o todo, aqui só existe o indivíduo livre e consciente de sua existência.

5. “DIÁLOGOS SOBRE TRANSFOBIA: DA REFLEXÃO À TRANS-FORMAÇÃO”

Proponentes: Juciane de Gregori (Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas/UFPB e Mestranda em Sociologia/UFPB); Jade Mariam Carvalho Silva (Graduanda em Filosofia/UFPB); Geovana Laverna (Centro Estadual de Referência dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) e enfrentamento à homofobia da Paraíba, Espaço LGBT).

Resumo: O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo (CAZARRÉ, 2015; MARINS, 2015; MOTA, 2015). De acordo com o levantamento realizado pela organização não governamental Transgender Europe, é possível verificar que entre janeiro de 2008 e dezembro de 2015, dos 2.016 homicídios de pessoas trans reportados em 65 países de todo o mundo, 802 foram contabilizados no território brasileiro, o qual ocupa primeiro lugar no ranking de países transfóbicos, representando 54% do total de casos registrados em toda a América Central e do Sul . A situação é tão grave que a expectativa de vida de uma pessoa trans brasileira não ultrapassa os 35 anos de idade. O Relatório sobre Homofobia no Brasil (BRASIL, 2012), produzido pelo governo federal com base no balanço semestral das denúncias recebidas no Disque Direitos Humanos (Disque 100) aponta que no ano de 2012, constatou-se 3.084 registros, havendo um aumento de 166,09% em relação ao ano anterior nos crimes por motivações de gênero ou orientação sexual, sendo possível verificar que 51,86% dessas vítimas eram travestis. Dados deste mesmo documento, referentes ao ano de 2013 e publicados em 2016, indicam queda de 44% no quantitativo de casos de homofobia no Brasil (BRASIL, 2016). No entanto, mesmo havendo uma falta de acuidade nos relatos sobre as identidades de gênero das vítimas, a qual reflete na frequente invisibilidade dos casos de violência transfóbica, nota-se que essas situações persistem, sendo que 26,2% delas apresentaram trans como vítimas (BRASIL, 2016). Esses episódios, presentes em toda sociedade brasileira, trazem no seu bojo a transfobia, a qual se exterioriza por reiteradas opressões contra pessoas trans a ponto de fazer

com que muitas tenham como única opção de sobrevivência a prostituição de rua, vindo a se tornarem ainda mais vulneráveis a vários tipos de violência (BRASIL, 2016). No território da Paraíba, esta realidade não se difere, por vezes aparecendo de modo até mais acentuado. Caracterizando atos de preconceito e discriminação, as violências transfóbicas afetam gravemente a saúde da vítima em suas distintas áreas vitais, podendo se manifestar de diferentes formas. Envolvendo represálias simbólicas, psicológicas e físicas, fomentam práticas que se elevam de discursos de ódio até ao extremo de crimes de morte motivados pela intolerância à diversidade sexual. Reproduzindo-se num sistema onde impera a heteronormatividade, a sexualidade aparece no presente contexto de maneira hierarquizada, essencializada e binária. Essa estrutura, que tem em sua base aspectos culturais, políticos e econômicos, ancora-se em normas de gênero, sendo impostas através de regras, leis, interdições e punições, sobre as quais se regulam comportamentos, causando a marginalização e integridade de determinados corpos (BENTO, 2008). Como reflexo disso, a vida das pessoas trans, carrega manchas de sangue e um histórico de múltiplas retaliações perpetradas contra elas. A transfobia, mecanismo cotidiano de exclusão que designa os sujeitos em pauta como inferiores, se entrelaça com desigualdades de raça e classe e se configura como um fenômeno complexo e multifacetado, o qual não se encerra na individualidade, haja vista que se processa na dinâmica das relações (PERUCCHI, BRANDÃO e VIEIRA, 2014). Diante dessa problemática, desde a década de 90 que a comunidade transexual brasileira busca afirmação e garantia dos seus direitos, questionando a compreensão universalizante da sexualidade da humanidade, que reverbera no controle e poder dos saberes médico e jurídico (BENTO, 2008). Todavia, essas demandas ainda caminham a passos lentos, de modo que mergulhar nesse debate é uma tarefa emergente na academia, pois como reitera Bento (2008), enquanto a heteronormatividade não for questionada, continuarão sendo produzidos seres abjetos. Como agravante dessa dinâmica, na conjuntura atual do Brasil, após um novo golpe de Estado, uma onda conservadora vem avançando e ameaçando ainda mais a conquista e garantia de direitos humanos para essa população, o que exige uma articulação e reflexão nos mais diversos campos sociais, especialmente tratando-se do espaço acadêmico, o qual ainda se mantém muito distante de compreender as nuances da identidade trans. Nessa perspectiva, como o evento em pauta, afigura-se como uma excelente oportunidade para dialogar nessa ótica, essa proposta de oficina tem como objetivos: dar visibilidade à identidade trans no âmbito acadêmico; refletir sobre a transfobia no contexto do Brasil e da Paraíba; construir um debate que estimule a despatologização do gênero, proporcionando informação e saindo para o campo da ação. Para tanto, através da interação entre seus participantes, a atividade será organizada em um primeiro momento num viés de reflexão e posteriormente será realizada uma breve ação prática interventiva no campus onde ocorre. Para viabilizar essa oficina, além da estrutura de uma sala de aula, serão necessários materiais informativos, os quais serão disponibilizados pelo Espaço LGBT, através da proponente Geovana, que atua junto à referida instituição. A oficina será desdobrada de acordo com o seguinte plano de ação: 1. Apresentação: Inicialmente, os participantes serão convidados a se apresentar, contando um pouco sobre si (local de onde vieram, curso, se possuem vínculo com alguma instituição...) e quais as motivações que os levaram a se inscrever para a atividade. Caso o número de pessoas presentes for inferior a dez, para estimular o debate, serão utilizadas imagens reflexivas referentes à temática trans (dados estatísticos, gráficos e tirinhas), onde a pessoa além de se apresentar, poderá escolher uma das imagens e comentar sua opinião a respeito. Caso esse material não for utilizado para dinâmica de apresentação, ele ficará exposto na sala onde ocorre a oficina. Duração: 45 a 60 minutos. 2. Trans-Dialogando: O momento seguinte terá como foco a fala de pessoas trans que serão convidadas a participar dando seus depoimentos e respondendo a questão: “como é ser uma pessoa trans em um país transfóbico como o Brasil?”. Além de duas mulheres trans que estão como proponentes dessa atividade, também serão convidadas outras pessoas transgêneros para fomentar o debate e expor a realidade de quem enfrenta o preconceito e a discriminação no seu cotidiano. A ideia é construir uma roda de diálogo que interaja com os participantes. Duração: 120 minutos. 3. Da reflexão à Trans-Formação: Após um breve intervalo, para finalizar a atividade, os participantes serão convidados a fazer uma ação interventiva de pesquisa no campus, objetivando compartilhar a aprendizagem obtida na oficina, bem como levar para além do espaço de debate o combate a transfobia. De modo individual ou em duplas, os membros deverão buscar alguma pessoa que estiver pelo campus, explicar que estão desenvolvendo uma atividade no evento Desfazendo Gênero e lançar o questionamento: “você sabe o que é transfobia?”. Serão disponibilizados materiais informativos para que o participante possa comentar sobre o tema e entregar para a

pessoa entrevistada. Para encerrar, após coletar as respostas, os participantes voltam para sala para contar o que ouviram e compartilhar com o grande grupo. As anotações referentes às respostas dessa 5 pesquisa realizada na oficina serão arquivadas e repassadas para as pessoas participantes, para que possam ser utilizadas como base de dados de trabalhos posteriores, bem como para reflexão sobre possíveis estratégias de combate e enfrentamento a transfobia. Duração: 60 minutos.

REFERÊNCIAS: BALZER, Carsten; LaGATA, CARLA. Mais de 2.000 pessoas trans assassinadas nos últimos 8 anos. Germany: Transgender Europe (TGEU), 2016. Disponível em: . Acesso em: 28 set. 2016; BENTO, Berenice. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008; BRASIL. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2012. Disponível em: . Acesso em: 28 set. 2016;_____. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2013. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2016. Disponível em: . Acesso em: 28 set. 2016; CAZARRÉ, Marieta. Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais. Brasília: Agência Brasil, 2015. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>>. Acesso em: 27 set. 2016; MARINS, Camila. “Nossa luta contra a transfobia não se resume a um único dia de visibilidade”, diz Indianara Siqueira. Brasil de Fato, 29 jan. 2015. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/node/31192/>>. Acesso em: 27 set. 2016. MOTA, Jéssica. Transfobia: um tapa na cara. Revista CartaCapital, 15 nov. 2015. Disponível em: . Acesso em: 27 set. 2016; PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. Estudos de Psicologia, Juiz de Fora, ano 19, n. 1, p. 67-76, jan./mar. 2014;

6. MODA TRANSVERSAL, DESCONSTRUINDO GÊNEROS PELO VIÉS DA VESTIMENTA

Proponente: Ewerton Emanuel Fernandes de Medeiros (Graduado em Moda e especialista em Cinema/PPGAR/C/UFRRN - Coletivo CRUOR Arte Contemporânea).

A experiência de somar peças do vestuário ao corpo por associação livre será exercida durante a oficina instalando-se uma moda transgênero entre os participantes. Posso me vestir com liberdade? Esta será uma das questões abordadas entre o público, que praticarão o ato do vestir-se dizendo não aos ordenamentos heteronormativos enraizados na vestimenta pela lógica da colonialidade. Propõe-se exercitar a linguagem artística difundindo o conceito de Parangolé (tendas e capas de vestir) de Hélio Oiticica (1937-1980), pressupondo uma vestimenta às avessas, criativa, que interaja com o público atuante, empoderando os participantes quanto a sua forma de se mostrar ao mundo, esparramando as poéticas da diferença e dilatando as territorialidades do corpo. Para tanto, faz-se necessário romper com o consenso de vestimenta em vigor, a diferença ainda marcada, excepcionalmente, entre trajes masculinos e femininos, que Lipovetsky arma aparecer na cultura ocidental antes da metade do século XIV. Também serão abordados conceitos como o de “supermercado de estilos” do historiador Ted Polhemus, como se todos os períodos que você jamais imaginou aparecesse como latas de sopa numa prateleira de supermercado, a compreensão da moda das ruas, resultando numa multiplicidade de modas, brincando de confundir olhares e dificultando os estereótipos. Baudot aponta dois japoneses (Yohji Yamamoto e Rei Kawakubo) que criaram, na década de 1980, modelos-trapos e molambos de indigência ostentatória, evocando o m do mundo, Hiroshima, ou a inuência do movimento punk. Propomos exercitar a poética da diferença no ato do vestir conceitual, desconstruindo gêneros e heteronormatividades, criando conexões entre vestes, pessoas, tempo e espaço. A oficina pode ser realizada ao ar livre, próximo a um banheiro coletivo, no próprio banheiro ou numa sala com espelhos. É necessário um espaço para guardar os pertences dos participantes. Cada participante deverá trazer consigo para a oficina uma média de cinco ou mais peças de roupa, sapatos, adereços ou quinquilharias vestíveis (incluindo pedaços de tecido, lenços, lençóis, cangas, echarpes), maquiagens, e a ideia é construir um grande closet, compartilhar peças e experiências com o outro, descobrir novas formas de se vestir, além de promover o desapego. Trabalharemos com peças do cotidiano ordinário, provenientes dos armários dos participantes ou trazidas em seus corpos para, em seguida, exercitarmos a composição de visualidades (looks) pouco comuns, como está explicitado nas imagens.

REFERÊNCIAS: BAUDOT, François. Moda do Século. São Paulo: Cosac&Naif, 2002.
LIPOVETSKY, Gilles. O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; PALOMINO, Erika. Amoda. São Paulo: Publifolha, 2003; PARANGOLÉ. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: . Acesso em: 15 de Mar. 2017.

7. COMPOSIÇÃO DA PERSONAGEM DRAG – CONSTRUINDO UMA ARTE DE RESISTÊNCIA

Proponente: Leonardo Palma de Sant'Anna da Silva (Mestrando em Artes Cênicas/UFRN - Coletivo Na Rego)

Resumo: A arte Drag, nos últimos anos, tem ampliado seu espaço de atuação e visibilidade no Brasil. Esta arte constuiu-se, em sua essência, como um ato de resistência por problematizar fronteiras propondo novas possibilidades de expressão dos gêneros e sexualidades. Um termo comum nas artes visuais define bem os procedimentos de criação de uma Drag: a colagem. A partir de diversas referências, relacionando-as e sobrepondo-as, cria-se um novo ser que se apresenta em trânsito entre as polaridades de expressão do gênero. Por meio desta oficina, pretende-se dar subsídios referenciais para a criação de um esboço de uma personagem Drag, levando em consideração as limitações relativas ao tempo de oficina. Será compartilhada uma breve contextualização da cena Drag contemporânea brasileira e a partir das referências criaremos os nomes das drags das (dos) participantes e alguns elementos de sua estética. Em seguida, a partir da imagem impressa do rosto do proponente (a escolha do rosto do proponente é uma maneira de não ferir a ética em relação a direitos de imagem), criaremos uma proposta visual de maquiagem sobre o papel, de maneira que o rosto seja totalmente modificado emergindo, assim, um novo ser a partir das referências escolhidas por cada participante. As personagens poderão ser criadas individualmente ou em pequenos grupos a depender da quantidade de pessoas e da quantidade de material disponível. Ao final da oficina tiraremos foto para que tenhamos o registro dos resultados e fixaremos as folhas em espaços onde estará ocorrendo o evento. Utilizaremos uma sala de trabalho com mesas e cadeiras, projetor, notebook, caixas de som, 20 folhas de tamanho A3 com rosto impresso, lápis de diversas cores, canetas, canetinhas, glitter etc. A partir deste contato com a arte Drag, as (os) participantes poderão, caso o interesse seja despertado, aprofundar-se posteriormente desenvolvendo ainda mais profundamente a sua personagem Drag fomentando, assim, este fazer artístico no país. Não há pré-requisitos para participar desta oficina. É possível acolher todas(os) interessadas(os) em participar da oficina, entretanto, o número ideal para que o trabalho seja desenvolvido com maior qualidade é de, no máximo, 20 participantes.

8. CORPOS EM PROJEÇÃO: SEXUALIDADE, AUDIOVISUAL E EDUCAÇÃO

Proponentes: Dayvison Leandro dos Santos (Técnica em Direitos Humanos – Gerência Regional de Educação da Mata Norte/PE); Júlio César de Oliveira Santos (Doutorando em Educação/UFPE).

Quais as tangíveis pontes entre cinema, educação e sexualidade? Quais os lugares dos gêneros nos discursos cinematográficos? Como as expressões de sexualidades não hegemônicas são representadas e problematizadas nessas produções? Nossa proposta versa sobre a utilização de filmes enquanto recurso pedagógico, estabelecendo diálogo com as relações de gênero e diversidade sexual. Enquanto expressão artística, o cinema tem se apropriado destas temáticas através de roteiros, personagens e dos múltiplos discursos que acirram o campo de discussão sobre a garantia e ampliação dos direitos humanos, sofrendo (re)significações através dos tempos e territórios. Compreendido não só como técnica, mas também como arte permeada de cunho ideológico, a “sétima arte” cria ficção, realidades históricas e produz memória e significações. Porém, a utilização deste recurso audiovisual enquanto ferramenta pedagógica na construção de novos olhares referente às relações de gênero e à sexualidade ainda não encontrou seu lugar nos sistemas educacionais, permeados por estigmas e por uma educação sexual que na maioria das vezes é baseada no silêncio e em formas de estigmatização. Buscaremos analisar como a linguagem cinematográfica (comerciais, independentes, alternativas, ficcionais e/ou documentais) pode contribuir na desconstrução e na quebra de tabus, articulando ficção e realidade enquanto

instrumento reflexivo e construtor do conhecimento. Através do cinema, alargamos as fronteiras que delimitam as tradicionais formas de comportamento, limitam as negociações entre sujeitos e alimenta a engrenagem da repressão. Ao sensibilizar os/as sujeitos/as sociais, esta experiência estética torna-se um instrumento necessário na construção de novos olhares sobre sexualidade, estimulando uma educação em direitos humanos.

Objetivos a) Reconhecer a importância da linguagem audiovisual como instrumento de participação política, social, cultural e cidadã, compreendendo os fundamentos conceituais das artes audiovisuais enquanto recursos de informação, comunicação, interpretação, necessários à formação da cidadania; b) Resgatar historicamente a presença e/ou ausência de mulheres e pessoas LGBT no cenário cinematográfico; c) Analisar os processos de articulação entre a linguagem cinematográfica e os direitos reprodutivos e sexuais em diferentes períodos históricos. Estratégia metodológica: Uso de trechos de filmes produzidos em regiões e épocas distintas, relacionando com produções acadêmicas que versam sobre a relação cinemasexualidade-educação. Serão realizadas dinâmicas de grupo e análises de imagens e enredos a fim de promover e conduzir um debate.

9. FAÇA VOCÊ MESMX: ARTE URBANA COMO FERRAMENTA DE EMPODERAMENTO.

Proponentes: Débora Machado Visini (Mestra em Artes Visuais PPGAV/UFPB); Akene Shionara Cardoso da Silva (Mestranda em Geografia PPGG/UFPB).

A vontade de ocupar espaços públicos e de se sentir como voz ativa da cidade nos incentivou a espalhar crochês¹ e stêncils² por ruas, praças e lugares que tem acesso restrito às expressões artísticas. Entendemos que essas intervenções são uma forma poderosa de dizer “estivemos aqui”, pois elas utilizam como suporte a cidade que é dominada pelos meios de comunicação em massa. A arte urbana³ é pautada, sobretudo, pela ação de intervir no espaço. Quando a mesma é feita sem autorização, ou sem ter sido encomendada, ela acontece como um reflexo contra hegemônico do espaço público e o direcionamento de um discurso de muitas vozes e subjetividades aos cidadãos que cotidianamente vivem a cidade. Como desdobramento, as intervenções criam oportunidades de agir no espaço público. O cotidiano normativo, de filas, catracas, rotina laboral, o espaço onde “o tempo é dinheiro”, se torna inspiração para os sujeitos que, através da arte, criticam, satirizam, e perturbam a ordem para gerar reconhecimento e defender mudanças sociais, ativando nos espaços urbanos o uso democrático dos mesmos. Propomos a realização de uma oficina que tem como objetivo possibilitar o aprendizado e o conhecimento das técnicas citadas através da produção de peças que servirão de matéria-prima para intervenções. Além de convidar os participantes a refletir sobre os temas que permeiam o urbano, como a produção do espaço, a normatividade e a segregação na cidade. A técnica do crochê é milenar, íntegra a cultura material e imaterial de várias sociedades e uma diversidade de saberes passados de forma oral, geralmente associados a ensinamentos que acontecem e se desenvolvem no espaço doméstico. Subverter o espaço da técnica, passando do doméstico, privado e tradicionalmente feminino, para o urbano, público e tradicionalmente masculino, subverte também a noção binária entre os espaços e gera possibilidades de confronto essa norma tradicionalmente imposta. Plano de aula: 1- Debate sobre os espaços públicos e a experiência na cidade e apresentação das técnicas a serem desenvolvidas na oficina; 2- Produção e elaboração da intervenção; 3- Intervenção coletiva (aplicação do material elaborado). 4- Troca de contatos para avaliação posterior a partir de relato da experiência dxs participantxs que estiverem dispostxs a mesma.

¹ O crochê vem ganhando cada vez mais espaço nas intervenções de arte urbana.

² O Stêncil se caracteriza pela produção de um molde que serve de matriz e a partir da mesma reproduz-se uma imagem através da aplicação de tinta, geralmente spray ou aerosol, que pode ser propagada mais de uma vez. A matriz trata-se de uma folha, de boa gramatura, que seja forte mas não difícil de cortar, como radiografias ou papel duplex, cortada, aonde a área vazada fará a composição da imagem.

³ A arte urbana é definida aqui como intervenções artísticas efêmeras, pois os trabalhos têm expectativa de vida limitada e se materializam na cidade como suporte, que agrega o aspecto comunitário e social de exposição, desdobrando-se em múltiplas possibilidades, assim como o próprio espaço urbano.

10. COMO FAZER DEBATE DE GÊNERO NA ESCOLA - Proponentes: Maria Marilene Banhos Nogueira (Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC-CE. E.E.M. Governador Adauto Bezerra – Professora de Sociologia. Professora Supervisora PIBID Ciências Sociais – UECE. Bolsista CAPES); Anna Karina Cavalcante de Oliveira (Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC-CE).

Esta oficina, intitulada “Como Fazer Debate de Gênero na Escola”, refere-se ao registro do projeto Núcleo de Estudos de Gênero, desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Médio Governador Adauto Bezerra, de Fortaleza, desde março de 2015. A proposta consiste em realizar uma reflexão acerca das relações existentes entre educação e a categoria gênero. A oficina se constitui em ação e intervenção pedagógica de dimensão interdisciplinar/transdisciplinar. As metas da ação consistem em ampliar a investigação, o senso crítico e a visibilidade da temática na área da educação. Urge problematizar expressões, atitudes, falas, crenças e concepções presentes na prática diária da escola: sala de aula e espaços coletivos. As teorias e práticas visam combater estereótipos, preconceitos, discriminações, estigmas sociais, etc. A oficina está estruturada em etapas: por que e como discutir gênero na escola; a questão legal da discussão de gênero; para onde caminhar na atual conjuntura política diante do debate de gênero; e quais são as implicações ideológicas, religiosas e políticas do debate de gênero na escola. Ressalta-se a metodologia a ser trabalhada na oficina de cunho participativa: roda de leitura, oficina de cartazes, dramatização, cine debate, recorte/colagem, exposição dialogada, depoimentos vivos, história de vida, etc. O processo de ensino-aprendizagem deverá inserir a visibilidade dos estudos de gênero e cidadania na escola; e afirmar como marcadores sociais as dimensões étnico-raciais e de classe social. A escola não é espaço neutro, mas de construção e desconstrução de: ideologia, preconceito, discriminação, sexismo, homofobia, racismo, alteridade, cidadania, política, resiliência, inclusão, exclusão, bullying, mudança de comportamento, etc. Isto posto, o contexto escolar ainda é lócus e suporte a uma cultura de diversidade e de problematização dos direitos. O exercício de problematizar, teorizar a dinâmica escolar, o currículo oficial, o currículo oculto e as atividades extraclasse no que se refere a categoria gênero, consiste em desafio permanente de estranhar o familiar e construir releituras críticas do real contextualizado. Trata-se de uma oficina a ser construída a várias mãos e mentes, no sentido de questionar a invisibilidade das questões de gênero do espaço escolar, as relações de poder estabelecidas na escola, balizadas por formas diferentes e desiguais de conhecimentos. Por fim, o debate de Gênero na Escola e suas transversalidades, é uma práxis que fortalece ações pedagógicas, orientadas pelos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 2014): formação ética, desenvolvimento da autonomia intelectual, pensamento crítico, pluralismo de ideias, respeito à liberdade e à tolerância.

11. TECENDO RESISTÊNCIAS NA ESCOLA: UM OLHAR PARA AS DIFERENÇAS DE GÊNERO E RAÇA

Proponentes: Lígia Luís FREITAS, (Doutora - Professora do Centro Universitário de João Pessoa e do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, NIPAM/UFPB; Alcilene da Costa ANDRADE, Mestre - Professora da Escola Antonio Santos Coelho Neto, João Pessoa/PB, Brasil; Maria José Cândido BARBOSA, professora da Escola Antonio Santos Coelho Neto, João Pessoa/PB, Brasil)

Durante sua história a educação brasileira vem reproduzindo desigualdades e discriminações. Nesta trajetória a escola tem sido um dos espaços de reprodução e reforço do modelo cultural hegemônico. Esta proposta de oficina toma como suporte nossas experiências e intervenções metodológicas no campo da educação para o respeito a diversidade de gênero e raça no contexto escolar. Durante o processo as pessoas participantes serão convidadas a compartilharem e construir propostas de ação a serem implementadas no chão da escola. A história da educação é da busca de respostas às expectativas postas pela sociedade na qual se insere. A educação brasileira, ao longo de sua trajetória, vem reproduzindo as desigualdades e discriminações cultuadas pelo racismo, patriarcalismo, machismo, capitalismo e pelas diferentes formas de fundamentalismo existentes na sociedade. O impacto das desigualdades e discriminações patriarcais e machistas na educação do Brasil perdurou por muitos séculos, através de um fenômeno chamado de hiato de gênero. A partir de meados do século XX, a educação do país começou a apresentar um novo quadro, no qual as mulheres apareciam superando esse hiato. Entretanto, nos últimos estamos

presenciando um recrudescimento da intolerância nas suas diferentes facetas, no contexto escolar isso se revela através do racismo, do machismo e da homofobia entre pares. Para avançar no caminho de uma educação em direitos humanos torna-se crucial fomentar processos pedagógicos que contribuam para a construção da cidadania plena, do conhecimento aos direitos fundamentais, pelo respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas. Neste sentido, a escola precisa estar atenta e disposta a contribuir com a construção de uma cultura não sexista, não racista, não homofóbica, que seja capaz de garantir que todos e todas tenham conhecimentos, valores, crenças, atitudes e ações cidadãs. Enxergar as desigualdades da cultura androcêntrica/machista e patriarcal é sem dúvida um dos grandes passos que se pode dar para contribuir com uma educação pautada na equidade racial e de gênero. Entretanto, em pleno século XXI, ainda, educam-se meninos e meninas conforme as expectativas de masculinidade e feminilidade hegemônicas e para práticas sexuais heteronormativas. A escola, com seus métodos disciplinares, seus mecanismos sutis de regulação do corpo e do comportamento, continua construindo sujeitos masculinos e femininos. Vários estudos vêm se preocupando em contribuir com a construção de novas propostas que surgem do próprio chão da escola, a partir de pesquisas da pós-graduação e de políticas implementadas no contexto escolar preocupadas em promover uma educação para a equidade e para o respeito às diferenças.

Na busca de uma nova escola é fundamental trabalhar com qualidades e habilidades como potencialidades humanas. Ou seja, existem meninas e meninos fortes, meninas e meninos organizados, sensíveis. Existem elementos da tradicional educação masculina e feminina que são importantes e necessários para qualquer ser humano. É no seu cotidiano, nas situações e espaços aparentemente insignificantes, que a escola pode se tornar um contexto fundamental de educação para a igualdade, para o respeito e para a diversidade.

12. O QUEER TEM PRA HOJE?

Proponentes: Franklin Lima (Graduando em Artes Cênicas/Interpretação - UFOP); Fredd Amorim (Mestrando em Artes Cênicas - UFOP); Giovany de Oliveira (Graduando em Artes Cênicas/Licenciatura - UFOP)

Resumo: A presente oficina, O QUEER tem pra hoje?, é uma oficina pensada para pessoas da comunidade LGBTQTTQI, artistas ou não, dispostas a se jogar numa prática mista de experimentação em dança e performance principalmente. Almeja-se com essa proposta, a construção de espaço para investigação e criação de um manifesto coletivo dançado que mescle as alegrias, temores e utopias da referida comunidade. Elaborada por três artistas de formações, vivências e experiências distintas, a oficina converge no ponto queer em comum das performatividades de gênero dos facilitadores. O desejo aqui é o de estimular os participantes da oficina à criação de um manifesto individual-coletivo a partir do seu próprio corpo. Consideramos que o gênero é performativo (BUTLER) e pretendemos a partir da proposição dessas práticas, criar um espaço de se pensar o ser, o estar, a transitoriedade, a ocupação e principalmente o corpo enquanto POTÊNCIA. Todas as ações e comandos propostos pelosicineiros converge para o CORPO. Conhecer o próprio corpo, interagir com outros corpos e com o meio em que estão inseridos para provocar a todo o tempo um diálogo com essas práticas: CORPO x AÇÃO. Partindo de uma exploração dos cinco sentidos básicos e conhecidos, a proposta é realizar uma incursão de dentro de si para o externo a fim de concatenar as questões mais encarnadas nos participantes. A partir daí segue-se a investigação de uma composição coreográfica, baseando-se para tal na investigação dos sentidos feitas previamente. Essa é a base de trabalho almejada para a formulação dos manifestos pessoais dos participantes em que estruturaram de acordo com seus anseios, quais gritos devem ser gritados e como. A oficina caminha desse modo para a criação de um manifesto coletivo e dançado em que se alinhava todos os manifestos e composições coreográficas emergidos na prática. O desejo ao encerrar a proposta é o de levar esse berro coletivo para o público entrementes a realização do evento.

13. GÊNERO É PERFORMANCE

Proponente: Adão Freire Monteiro (Mestrando em Artes Cênicas, Teoria e Prática/ECA/USP - Ator-pesquisador do grupo reflexivo de homens da ONG – Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde; GEPRAGEM – Grupo de Estudos e Pesquisa em gênero e Masculinidades e do Fórum de Gênero e

Masculinidades do ABC/ Santo André)

A arquitetura do corpo é uma arquitetura política.
Michel Foucault

A proposta da oficina é conversar, construir e desconstruir essa arquitetura corporal que é o gênero, a priori compulsória, que usamos para sermos reconhecidos. Essa arquitetura é performativa, são gestos, signos, atos, falas, que reforçam a construção de corpos masculinos e femininos... Essa performatividade passa a ser intencional nas relações sociais e estabelecem relações de poder. A célebre frase de Simone de Beauvoir “Ninguém nasce mulher. Tornar-se mulher”⁴, é exemplar para desnaturalizarmos a condição de homens e mulheres em nossa sociedade. Não nascemos nem homens, nem mulheres. Somos socialmente construídos e essa construção está atrelada ao poder. Nosso gênero é formado e reformado pelas segregações das instituições, do mercado de trabalho, na economia, nas organizações políticas, como bem ressalta a historiadora e feminista Joan Scott: “Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder,”. (SCOTT, 1994;13).

A relevância de se olhar o gênero como performance social é de causar estranhamento para reflexão, distanciamento e ações sobre nossas brechas de escolhas. Este Estudo utiliza escuta e escrita de intervenções, depoimentos, confissões e queixas de homens autuados pela lei 11.340/2016 (denominada também de lei Maria da Penha) e de abordagens do grupo GEPRAGEM - Grupo de Pesquisas e Práticas em Gênero e Masculinidade, do fórum de gênero e masculinidades do grande ABC, como estratégias para ações artístico-pedagógicas de intervenções cênicas, propondo uma reflexão sobre performatividade de gênero. A pesquisa visa contribuir para intervenções nos espaços de estudos e ressocialização através de um discurso cênico-performativo. Desdobramentos: Ações cênico-performativas com os participantes para se repensar as intervenções em discussões sobre gênero.

14. PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO NA QUEBRADA - Proponente: João Rodrigo Vedovato Martins (Mestre em Antropologia/UFSC)

Nesta proposta de oficina analiso a performatividade de gênero de crianças em uma Escola Municipal de Educação Infantil na periferia da região nordeste da cidade de São Paulo – o distrito do Tremembé – refletindo antropologicamente sobre a constituição de feminilidades e masculinidades periféricas na infância. No campo foi observado o brincar, aqui tomado como uma atividade privilegiada, na qual o marcador de gênero aparece em ação, em uma conflituosa socialidade que demonstrava tanto rupturas quanto reafirmações da heteronormatividade e de categorias de gênero hegemônicas gestadas nas periferias. Nesse contexto etnográfico, as próprias crianças explicitaram elementos articulados com categorias de gênero que eram constituidores de suas identidades e experiências sociais enquanto sujeitos: caso do funk e do universo do crime. Assim, coube considerar a produção de sujeitos generificados no universo do funk e do crime, na chave de prescrições e condutas, evidenciando as referências que as crianças faziam a ambos no brincar e nas brincadeiras. A escolha por realizar a pesquisa de campo em uma escola municipal de educação infantil se deu porque a escola em termos operacionais (currículos, práticas docentes, materiais didáticos) e físicos (arquitetura, disposição dos lugares) apresenta dois aspectos pertinentes, pois trata-se de um importante espaço de socialização e interação das crianças com seu entorno, não estando apartada de um contexto político, histórico e social mais geral e também está permeada por representações de gênero, não apenas as reproduzindo mas também as produzindo.

Durante a pesquisa as crianças me explicitaram como essa relação era imprescindível, pois quando eram acionados os marcadores de gênero a relação com classe social ou origem se mostrava recorrente. As crianças traziam referências e características de uma sociabilidade periférica (PEREIRA, 2010) no que tange à performatividade de gênero, no que concerne a determinações binárias de gênero feminino/masculino e de sexo mulher/homem. A experiência do campo me

⁴ Beauvoir, Simone. O Segundo Sexo, volume 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, 2ª edição, pp. 9-10.

direcionou, desta forma, a refletir e reconsiderar o relevante naquele contexto, como as expressões de gênero estão imbricadas com o universo simbólico e material do funk e do crime. Seguramente, a minha procura em pesquisar crianças em uma escola infantil causava muito estranhamento e desconfiança. Em todas as escolas em que busquei a possibilidade de realizar a pesquisa, o quadro de funcionários era composto majoritariamente, ou mesmo unicamente por mulheres. A minha presença enquanto homem jovem interessado em temáticas de gênero e sexualidade das crianças levantava suspeitas, conforme expôs uma funcionária da EMEI em que finalmente realizei a pesquisa “É raro ver homens aqui, mesmo fazendo estágio, porque PRA se interessar por isso tem que ser gay ou pedófilo”. Cabe ressaltar que a desconfiança vinha por parte dos pais e mães das crianças, os quais me interpelavam acerca do que eu fazia na escola, dos intuitos da minha pesquisa, se eu era um funcionário ou estagiário, quem havia me indicado, até mesmo me perguntaram que religião tinha e se tinha relacionamento com alguém. Ademais, minha corporalidade, que incluía tatuagens por exemplo, era um elemento de diferença muito marcante, talvez por alguma associação com a criminalidade. Desta maneira, eu era alvo de constantes vigilâncias com grande teor moral, era interpelado sobre questões pessoais que diziam respeito a minha sexualidade, religião, família. Ademais, a dificuldade e problemática de ser um adulto a pesquisar e ter como interlocutores crianças percorreu todo meu campo e a escrita da dissertação, pois havia uma tensão latente entre minhas observações e leitura delas e a constante possibilidade de julgar os atos, atitudes, falas e expressões das crianças a partir de critérios adultos. Desta maneira, busquei contextualizar as ações das crianças onde elas se inseriam, no sentido micro da escola e no contexto mais amplo da periferia. O contexto mais amplo em que foi realizada a pesquisa em 2014 e 2015 foi realçado pelos debates no Brasil sobre gênero e sexualidade, periferias, juventude e infância, educação e escolas. Muitos dos acontecimentos ganharam grande visibilidade por conta de pronunciamentos conservadores e da indiferença em relação aos corpos abjetos de nossa sociedade (Butler, 2002), mais particularmente às dissidências de gênero e sexualidade e a juventude pobre, negra e periférica. Exemplos são as reações contrárias à inserção dos termos identidade de gênero e orientação sexual no PNE (Plano Nacional de Educação); o rechaço e tentativa de torna inconstitucional o conteúdo da prova do exame nacional do ensino médio (ENEM) em uma questão que perguntava sobre Simone de Beauvoir e no tema de redação sobre violência de gênero; genocídio da população periférica concretizada em várias chacinas realizadas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo como de Osasco e Barueri; a chamada reorganização escolar do governo Geraldo Alckmin que consiste em separar fundamental I de fundamental II e ensino médio, envolvendo 1.464 escolas, 311 mil alunos/as e 74 mil professores/as, em um processo de fechamento de escolas e precarização de muitas outras, projeto que gerou manifestações e ocupações das escolas que seriam fechadas pelo Estado.⁵ Ao passo dessas ações, os movimentos sociais de diversos matizes políticas e ideológicas intensificaram suas ações e criaram novas estratégias de combatividade frente ao ambiente antidemocrático instaurado na capital paulista. Usufruindo dessa contribuição de Foucault, para Judith Butler e outros/as autores/as pós-estruturalistas a perspectiva essencialista, também conhecida como metafísica da substância, está imbuída da hipótese de “ser” um gênero, ou seja, alguém “é” homem ou mulher em função do sexo anatômico, sendo assim gêneros inteligíveis seriam justamente os que mantêm coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo “a heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre 'feminino' e 'masculino', em que estes são compreendidos como atributos expressivos de 'macho' e 'fêmea'. A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de 'identidade' não possam 'existir', isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não 'decorre' nem do 'sexo' nem do 'gênero' (BUTLER, 2003, 39). O gênero não deve ser concebido como inscrição sócio-cultural em um sexo dado a priori, pois gênero não está para cultura como o sexo está para natureza. Sexo também é meio discursivo e sócio-cultural pelo qual se produz a falsa ideia de um “sexo biológico” que se impõe como pré-discursivo e fornece o pressuposto de que é natural e neutro, sobre o qual deve agir a cultura. Assim como Butler, Guacira Lopes Louro (2004) compreende tanto gênero como sexo enquanto construções sociais, de forma crítica a possibilitar agência e transformação e não sob a interpretação de que a noção de construção implicaria uma espécie de determinismo social a partir de leis de diferenças de gênero. As autoras se opõem ao pressuposto de que gênero enquanto construção social sugere um determinismo nas acepções de gênero, marcados em corpos com dismorfismos distintos, pois esses corpos não são alvos passivos de uma lei cultural. O próprio corpo e sua morfologia faz parte de um

sistema conceitual hegemônico. Este horizonte teórico desnaturalizador dos essencialismos é também o fundamento da Teoria Queer, a qual se originou, segundo Richard Miskolci (2012), a partir das críticas à heterossexualidade compulsória⁸, nas discussões e práticas travadas por movimentos sociais na década de 60 nos Estados Unidos (movimento negro, movimento feminista e o chamado movimento homossexual). Genericamente, esses movimentos afirmavam que o privado também era político e que as opressões não se limitavam a questões econômicas, indicando também que o corpo, desejo e sexualidade eram alvos de poder. Não obstante, é na segunda metade dos anos 80 que a política e a Teoria Queer se consolidam, mesmo período da epidemia da Aids nos Estados Unidos. Na conjuntura da epidemia discursos conservadores foram insuflados e se acirrou a luta política, fazendo com que alguns movimentos se radicalizassem, arquitetando outras estratégias de resistências. A problemática sobre a qual repousa a Teoria Queer não é a homossexualidade, mas sobretudo os regimes de normalização social e a abjeção, que significa o espaço ao qual são relegados aqueles/as que representam uma ameaça ao funcionamento da ordem política e social. Diante disto, o queer canalizou a luta e a crítica a exigências sociais, valores, convenções culturais e não na pauta da aceitação ou incorporação social. As demandas de aceitação e incorporação permitiram a alguns serem aceitos e incorporados porém se criou mais uma zona de abjeção daquelas que não se enquadravam no modelo que podia se aceitar/incorporado. Também outra crítica latente e que perpassava a política queer era sobre diversidade e diferença, como salientou Richard Miskolci (2012). O autor expõe que em sua opinião as demandas sociais são de reconhecimento da diferença e não a partir da leitura da tolerância da diversidade. Teoricamente tolerar é uma concepção de que há pessoas destoantes da média e que se deve tolerá-las, um não interferindo no outro, mantendo intocado o que Miskolci chama de cultura dominante (2012, p.47). A noção de reconhecimento da diferença, por outro lado, passaria pela contestação e modificação das relações de poder. Em Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade (2003) Butler pergunta se o “sexo” tem história ou é algo dado a priori, transplantando a problemática da sexualidade em Foucault para questões de sexo, gênero e desejo. Butler vai operar com o conceito de desconstrução, sugerindo que nas estruturas de determinações binárias sempre há assimetria de poder, contexto no qual um é estigmatizado e outro naturalizado, socialmente 25 aceito, a exemplo da oposição criada entre homem/mulher⁹ e suas associações: racional/emocional, forte/fraco. Considerando que gênero é constituído e constituinte de redes de poder, Butler procura desconstruir a distinção natural cultural de sexo e gênero argumentando que a existência social de corpos pressupõe a generificação, isto é, não há corpo existente à pré-inscrição cultural, pois o corpo não é uma dimensão a ser lapidada por inscrições, mas “um conjunto de fronteiras, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas” (BUTLER, 2003:59) por ações sociais constituídas e constituintes de gênero. Berenice Bento, nesta perspectiva, exprime “Quando se diz „é um menino!“, não se está descrevendo um menino, mas criando um conjunto de expectativas para aquele corpo que será construído como „menino”” (BENTO, 2011:551). Gênero, então, para Butler “é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura regulada altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (2003:19), é o que performamos, é ação que dá existência ao que nomeia “(...) não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias „expressões” tidas como seus resultados”(BUTLER, 2003:48). É através do controle da performatividade que a instituição escolar pode disciplinar sexualidades desviantes e gêneros não binários com heteroterrorismo (Bento, 2011:554), atua a regular e gerir a expressões de gênero de acordo com linhas culturalmente estabelecidas do que é normalidade. Meninos que expressam gênero em desacordo com o que é tido socialmente como masculino ou meninas que expressam gênero fora do que é considerado feminino são muitas vezes alvos de repreensões. Contudo a performatividade permite subversão, não se pode garantir que a estabilidade gerada em função da reiteração das designações de gênero e sexualidade de fato ocorra. Berenice Bento expõe que “gênero adquire vida através de uma estilística definida como apropriada” (2011:553). Na escola as crianças mostram o potencial de contestar e subverter gênero, por meio de suas expressões e performatividade durante o brincar, posto elas têm outra forma de acessar e compreender o mundo, sob os olhos de outros valores, embora aqui não se pretende ratificar a hipótese de um antagonismo e uma polaridade total entre mundo adulto e das crianças, há uma complexidade e um intercâmbio grande nesta relação que não pode ser resumido a este simples binômio. No campo da educação, o impacto dessas teorias foi importante, Guacira Lopes Louro em 1997¹⁰ procura relacionar educação, gênero e sexualidade sob

a ótica pós-estruturalista. A autora sugere que se a escola desnaturalizasse o gênero as crianças que desviam da norma não seriam alvo de pedagogias corretivas (LOURO,2004:16) nem de um poder pedagógico infundável para assinar a norma em seus corpos. Visto isso, esse trabalho parte da perspectiva teórica da Teoria Queer para analisar os marcadores de gênero e sexualidade, não buscando naturalizar ou essencializar ações e expressões das crianças, mas vê-las como contingentes e históricas, conectadas numa íntima socialidade periférica que envolve categorias morais e identidades. A intersecção com os marcadores de infância na periferia se torna latente, considerando a produção de sujeitos periféricos, permeadas por elementos específicos deste contexto político, cultural e social. A atenção especial recairá nas compreensões, leituras e reformulações das próprias crianças no que tange as categorias correntes de gênero, sexualidade e

10Após um ano da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que inclui o tema de sexualidade e gênero como preocupação na educação infantil infância na periferia, observando isso em seus momentos mais espontâneos e livres, ou seja, nas brincadeiras e durante o brincar. Nesses momentos que se nota uma subversão ou reprodução interpretativa (CORSARO, 2002) das categorias acima citadas, propiciando vislumbrar os elementos que as crianças acionam dentro de seu universo para expressar gênero e sexualidade, em sua conflitividade com outras crianças e com a própria escola. A perspectiva da Teoria Queer indica também pensar a própria categoria de identidade como mutável, contingente e instável, ou seja, ao me remeter a noção de identidade estou longe de querer caracterizá-la como fixa, estável e coerente, mas sim como um devir, como um vir a ser, enquanto um processo de constante transformação. No primeiro capítulo discorro sobre como cheguei até a escola em que realizei a pesquisa, dos entraves e problemáticas que caracterizaram meu campo até os últimos dias e coloco as questões metodológicas que me nortearam e me possibilitaram relevar pontos e elementos não imaginados por mim antes de adentrar na escola. No segundo capítulo apresento o debate teórico sobre infâncias e crianças, principalmente recuperando as contribuições de sociologia da infância, da antropologia da criança e sugiro que o brincar é umas das atividades centrais para se compreender como as crianças se relacionam, em uma rede complexa e imbrincada, com o mundo, com os outros e com universo simbólico ao seu redor. Outrossim, parto da ideia das crianças como atores sociais, transpassadas por distintos marcadores sociais, o que possibilita experiências múltiplas e variadas do que é ser criança ou do que é infância. No terceiro capítulo recorro à discussão teórica e conceitual acerca da noção de periferia, pensando em particular as periferias de São Paulo e sua relação com a cidade para além das dicotomias correntes nos estudos de cidade. No subcapítulo seguinte, trago a especificidade do distrito do Tremembé, onde se empreendeu a pesquisa, para se considerar o contexto da escola, partindo do princípio de que a escola não está descolada da conjuntura em que se insere. O último capítulo, é voltado para se analisar e apreender sobre a produtividade de gênero dos sujeitos periféricos, com ênfase nos articuladores de gênero que as crianças trouxeram em suas 28 expressões: a criminalidade e o funk. Logo, faço uma breve apresentação da criminalidade no Tremembé, escrevo sobre o que seria o funk em sua dinâmica no distrito, sua articulação com os marcadores de gênero e sexualidade, além de trazer as músicas cantadas e dançadas pelas crianças no que tangem a prescrições de conduta e performatividade, pensando, assim, o gênero em ação, em prática no dia-a-dia de crianças periféricas, em como forjam sua identidade de gênero nessas práticas vividas. Nas considerações finais elucido novamente a conjuntura política e social do momento contextualizando a escola em que a pesquisa foi feita e as categorias erigidas e operadas pelas crianças em suas expressões de gênero e sexualidade, dissidentes ou não. Além disso, explícito as tensões surgidas na escola em torno de conceitos de gênero, sexualidade e infância no que concerne a experiência das crianças não tão somente enquanto alunas, mais como crianças periféricas e outras, posto que elas experienciavam e construíam sua identidade em uma complexa relação a partir dos vários espaços e ambientes que estavam. Essas diferentes perspectivas e concepções das noções de gênero, sexualidade e infância refletiam em constantes incompreensões e impossibilidades de diálogos entre as professoras e as crianças ou mesmo entre famílias e escola, tais distâncias geralmente tinham caráter conflitivo.

Referências: BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003; MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora; UFOP, 2012; MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (Org.). Discursos fora da ordem. Sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume, 2012; LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER; Silvana Vilodre (Org.). Corpo, Gênero e

15. O CORPO FIGURA E A EXPERIÊNCIA DE (RE)CRIAÇÃO DE SI Proponente: Flávia Naves de Oliveira Santos (Mestra em Estudos Contemporâneos das Artes da UFF)

Dependendo da Figura que criam e criamos para nós, dependendo da imagem que fazem ou fazemos de nós, nos tornamos propagadores ou desarticuladores de processos de normatização. O mesmo se dá em nível de potência. Que Figura podemos criar para nós a fim de desarticular e não propagar processos normatizadores? A fim de aumentar e não diminuir nossa potência de ação? Por corpo Figura compreende-se um corpo que se vê aprisionado a normas e padrões de imagem e comportamento sem possibilidade de escapar as marcas que o constituem e aos códigos que o regulam e normatizam, mas que, ao tomar consciência dos processos e procedimentos que o enclausuram, encontra modos de se afirmar e se reinventar. Um corpo está sendo sempre culturalmente decodificado, não havendo como recorrer a um corpo que já não tenha sido interpretado por meio de códigos sociais e significados culturais. Gênero, classe, raça e etnia, são alguns atributos que marcam o corpo do sujeito em sociedade impondo a este padrões de imagens e comportamentos e determinando formas de vestir, agir e se portar. Na oficina “O corpo Figura e a experiência de (re)criação de si” iremos experimentar a potência do dissenso de um corpo Figura ao entrar em contato com as feridas provocadas pelas marcas que decodificam o corpo, não para nos tornarmos refém delas, mas justamente para, ao fazer uso delas, encontrar espaços de afirmação e autonomia. Ações performativas e práticas teatrais irão nos guiar nesta experimentação do corpo Figura para uma possível (re)criação de si.

16. GRINDR, GRINDR MEU - NORMATIVIDADE E REPRESENTAÇÃO NOS APLICATIVOS DE RELACIONAMENTO “MASCULINOS” - Proponentes: Mateus de Araújo Silva (Mestrando em Arte (Artes Cênicas)/UNESP); Renato Contente Freire de Menezes (Mestrando em Comunicação/UFPE)

Resumo da proposta: A oficina tem como proposta elucidar problemáticas tangentes às expressões de normatividade, representação e representatividade, a partir das interações estabelecidas em conversações no aplicativo de relacionamento Grindr, destinado ao público masculino (gays, transsexuais e bissexuais). O objetivo é avaliar a presença de elementos constituintes de uma lógica de normatividade sexual que conduziria as conversações no aplicativo. Sugere-se, assim, que a heteronormatividade exerce influência sobre os comportamentos relativos aos desejos não apenas por parte da população heterossexual, mas também por parte dos sujeitos que expressam outras manifestações de gênero e sexualidade. As análises servem como desdobramentos das observações feitas pelos dois proponentes em suas respectivas pesquisas de mestrado, no tangente a gênero, sexualidade e sociedade. Para o pesquisador Gilmaro Nogueira, a heteronormatividade consiste em uma "ordem social/sexual que convoca/impele todos os indivíduos a se comportarem como heterossexuais, ou melhor, com um suposto modelo 'natural' da heterossexualidade, mantendo uma linearidade/binaridade entre sexo e gênero". No entanto, quando assimilada por sujeitos que desviam do eixo heterossexual, esses padrões (agora chamados de homonormatividade) ganham novos contornos e significados que reconfiguram hierarquias e escalas de valores tanto de ordem sexual (ativo/versátil/passivo) quanto de gênero (os estereótipos "macho", "afeminado", "discreto", etc.), etnia (negros, brancos, asiáticos, etc.), aparência física ("urso", "malhado", "magro", "gordo", "liso") e faixa etária. Esse conjunto de regras/padrões pré-estabelecidas socialmente e reproduzidos no ambiente virtual dos aplicativos gera um perfil de representação que norteia os usuários e estabelece estereótipos e modelos de projeção sexual, buscados pela maioria das pessoas que utilizam a ferramenta. O desejo para encontrar e/ou se tornar esse "homem padrão" tem gerado, discriminação e é a causa de muitos dos casos de depressão na comunidade LGBTT. Tomando como base essas reflexões acerca da homonormatividade e a representação do modelo de “masculinidade” nos aplicativos de relacionamento, a oficina se propõe a um debate contextualizado com uma análise prática dos discursos presentes nesses ambientes virtuais, para levantar problematizações sobre normas, estereótipos e preconceitos presentes na construção de uma ideia de “homem-padrão” LGBTT. A oficina se dividirá nas seguintes etapas: 1. Discussão sobre os conceitos de homonormatividade e

representação; Apresentação de perfis de usuários nas cidades de São Paulo e Recife (cidades nas quais moram os proponentes), para uma possível comparação geográfica dos discursos; 2. Prática: formar grupos (duplas ou mais de duas pessoas) para que cada um deles crie perfis nos aplicativos de relacionamento – foto opcional, nicks e descrições – para avaliar a receptividade dos outros usuários e também coletar frases e exemplos do discurso presente no ambiente virtual; 3. Discussão em grupo sobre os resultados avaliados. Comparação com os exemplos apresentados de São Paulo e do Recife. Apontamentos das características prevalentes que apontam para um modelo idealizado de “masculino”. Após a oficina, os dois proponentes escreverão um artigo utilizando os exemplos coletados na dinâmica, bem como as discussões levantadas em grupo, para analisar o discurso de masculinidade e representação nos aplicativos de relacionamento, em Campina Grande.

17. SUBJETIVIDADES, REPRESENTAÇÕES E ATIVISMOS LÉSBICOS NO BRASIL

Proponentes: Thais Priscila de Souza Torres (Mestranda em Educação/UFPE); Júlio César de Oliveira Santos (Doutorando em Educação/UFPE)

Entende-se, cada vez mais, o feminismo enquanto um campo plural, com diálogos com distintas perspectivas teóricas e políticas. Há, no aspecto histórico, marcas de diferenças e heterocentricidade neste movimento. E é nesse sentido que abordamos a luta feminista na contemporaneidade, trazendo à tona a emergência das movimentações ativistas e acadêmicas do Feminismo Lésbico. Essa mesma dinâmica de reprodução hegemônica de identidades coletivas no feminismo situa-se, também, nos movimentos LGBT. Há na luta LGBT, como objetivo, a visibilidade das identidades de gênero e sexualidade, e a luta em torno de demandas como o respeito e o fim das desigualdades políticas, sociais, culturais e econômicas. Todavia, historicamente, as mulheres lésbicas e as pessoas transexuais têm apontado à existência de uma “hegemonia gay” em torno das pautas LGBT, o que fragiliza a visibilidade demandas e das demais vivências da sexualidade e do gênero. A articulação entre aspectos como essa “invisibilidade lésbica” nos movimentos LGBT – e, de certo modo, também em parte dos movimentos feministas – e o silenciamento da sexualidade feminina impulsionou a emergência de movimentos de mulheres lésbicas e bissexuais. Esses são alguns dos elementos que, em linhas gerais, constituem os embates sobre as relações entre subjetividades, representações e ativismos lésbicos no Brasil. Há, entretanto, nos grupos de lésbicas a produção das diferenças. Os escritos de Avtar Brah (2006) e Regina Facchini (2002) trazem uma discussão que enfatiza a perspectiva interseccional, que analisa o processo de subjetivação de lésbicas constituído em articulação com dimensões geracionais, territoriais, sexuais, raciais, de classe, e assim por diante. Anunciando, assim, os modos de produção das diferenças entre as mulheres. Essas dinâmicas são (re)produzidas discursivamente através de diferentes instituições e práticas sociais tais como a mídia, a escola, os movimentos sociais, os sistemas políticos, a economia, as religiões etc. A complexidade das vivências lésbicas e como elas se constituem a partir do social (pouco exploradas nas pesquisas acadêmicas), fazem com que abordemos, nesta proposta de oficina, a sexualidade feminina e os modos de produção da diferença. Objetivos: a) Compreender como historicamente as mulheres lésbicas têm se constituído enquanto sujeitos políticos, em um constante diálogo entre as pautas dos movimentos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e as demandas e perspectivas dos movimentos feministas. b) Refletir sobre como se tem produzido diferenças e identidades entre as mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com mulheres, a partir de marcadores como classe, cor/raça, gênero, geração, território etc. Procedimentos metodológicos: O minicurso será constituído de dois momentos complementares. No primeiro, com duração prevista de 2h00min, será realizada uma exposição dialogal, com o auxílio de imagens e vídeos, em torno dos seguintes aspectos: (1) breve contextualização acerca do percurso histórico dos movimentos de mulheres lésbicas no Brasil e dos diálogos com os feminismos; (2) dinâmicas de produção das diferenças e identidades entre mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com mulheres. No segundo momento, com duração prevista de 2h00min, realizaremos uma dinâmica a partir de imagens com a finalidade de promover uma discussão acerca da produção das diferenças e da construção de uma política de solidariedade.

18. EMPODERE UMA MINA, UMA MONA, UMA MANA! OFICINA DE ARTE URBANA

Proponentes: Luciana de Lima Lopes Leite (Mestranda em Antropologia/UFPI. Grupo de Pesquisa Transdisciplinar sobre Corpo, Saúde e Emoções/UFPI. Coletivo Ocuparthe); Carla Moura Ferreira (Mestranda em Antropologia/UFPI. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Transdisciplinar sobre Corpo, Saúde e Emoções/UFPI)

RESUMO: Ocupamos! Resistimos! Avançamos! Esses são alguns dos versos que se transformaram em gritos de luta e que ecoam em meio aos movimentos de ocupação que se multiplicam em terras tupiniquins. Ocupamos salas de aula, escolas, universidades, praças, ruas, muros, cidades, lugares e não lugares. Queremos reforma política, consciência ambiental, respeito as minorias étnicas, direitos LGBTTS, igualdade de gênero, liberdade de SER. Resistimos e assim existimos! Rolos, pincéis, latas de tinta e spray são nossas armas, os muros nossos campos de batalha. Empodere uma Mina, uma Mona, uma Mana!, propõe uma reflexão, através da Arte Urbana, sobre questões de gênero tais como feminismo, violência de gênero, teoria queer, transexualidade. O que a ruas falam sobre tais questões? Como podemos usar a rua para falamos sobre elas? Acreditamos que a ARTE é um forte mecanismo de resistência na luta e para as conquistas das diferenças. Dessa forma, a oficina propõe apreciar, analisar e discutir narrativas imagéticas de algumas cidades cujas mensagens estão relacionadas ao gênero para, a partir daí, produzir um mural coletivo utilizando técnicas de Arte Urbana resignificando, construindo e desconstruindo novas narrativas sobre gênero. RESULTADOS PRETENDIDOS: • Análise dos dispositivos imagéticos que permeiam o espaço urbano, usando os conceitos de semiótica, antropologia visual e estudos de gênero; • Registro, através de vídeo e fotografias, da produção do mural, para ser usado em Dissertação de Mestrado e Artigos produzidos pelos propositores; • Ocupação coletiva de Muro[s] na cidade de Campina Grande, Paraíba, por narrativas imagéticas sobre questões de gênero, dialogando com a comunidade; • Formar espaços de expressão, comunicação e fruição dos participantes da oficina com a cidade e as pessoas que a fazem, refletindo sobre questões de gênero.

19. OFICINA DE DRAG KING

Proponentes: Juliana Casaut Melhado (Especialista em Estudos Contemporâneos em Dança/UFBA. Bacharel e Licenciada em Dança/UNICAMP); Karlene Bianca Oliveira (Mestra em Ciências Sociais/UNIFESP); Letizia Patriarca (Doutorandx em Antropologia Social/USP); Verônica Alcântara Guerra (Doutoranda em Antropologia Social/UFPE)

Resumo: Esta oficina tem a intenção de problematizar as potencialidades das masculinidades através das (trans)formações estético-corporais por meio de performances Drag King. Em última instância, através de uma linguagem performática que referencia os limites do engessamento do próprio gênero frente sua performatividade mimética e elasticidade, a oficina busca refletir sobre experiências de torção dos mecanismos de produção de cadeias de coerência compulsória entre formas de marcação de gêneros, corporalidades e orientação sexual. Compreendemos que Drag é uma das várias formas de vivenciar e repensar variações entre masculinidades, feminilidades e alternativas que escapam ao binarismo fundamentado no dimorfismo. A oficina será dividida em três etapas: apresentação da categoria Drag King; a montagem com uso de maquiagens e, por fim, a discussão coletiva sobre a experiência da oficina para questionar as hierarquias de gênero. Para tanto, qualquer corpo que se deixe refazer, montar e desmontar performativamente será bem-vindo. Fundamentadas na experiência drag king, o efeito sobre o qual se pretende investir é também uma análise das próprias possibilidades de categorias de masculinidades. Esta não é uma forma de reforçar binarismos, mas de reconhecer que as masculinidades precisam urgentemente de atenção, que se soma à crescente visibilidade que as feminilidades Drag Queen vêm adquirindo no contexto das sociabilidades contemporâneas. O que é feminino e o que é masculino estão em constante ligação e repetição, dessa maneira, Drag King surge como uma forma de ir se fazendo homem. O objetivo da oficina é (trans) formar e dialogar com pessoas de diversas localidades, com intuito de tecer resistências às formas opressoras de masculinidades e ao mesmo tempo explorar as diversas potencialidades de subverter as masculinidades. Nosso eixo de referências, as bases de reflexão encontram-se em processos de experimentação como: Spikey Van Dyke, o documentário Venus Boyz e a oficina realizada no II Desfazendo Gênero com Marie Hélène/Sam Bourcier.

20. DESPRINCESAMENTO

Proponentes: Rosana da Silva Cuba (Doutoranda em Educação/UFSC. Professora de Sociologia no IFC – Instituto Federal Catarinense, campus São Bento do Sul); Michele Leão de Lima Ávila (Especialista em Gênero e Diversidade na Escola/UFSC. Professora de Sociologia no IFC – Campus Videira)

Os processos de socialização de meninos e meninas no Ocidente contemporâneo e, especificamente, no Brasil, ainda são pautados por uma concepção de heterogênero e, portanto, biologicizada e essencializada. Desde a mais tenra idade, meninos e meninas são submetidos a uma educação e a processos socializadores que demarcam e (im) possibilitam modos de vida restritos ao seu sexo biológico. Assim, meninos têm, por exemplo, em seus brinquedos – carrinhos, espaçonaves etc – a reafirmação da sua presença nos espaços públicos e em determinadas profissões e na ciência, para além de outras possibilidades enquanto as meninas ainda são estimuladas a brincar de exercer a maternidade e os cuidados com a casa, ressaltando, portanto, o seu lugar restrito ao espaço doméstico e a impossibilidade de estar em outros lugares. Segundo Berger e Luckmann (1985, p.190): “São necessários graves choques no curso da vida para desintegrar a maciça realidade interiorizada na primeira infância”. Embora os autores não façam uso da categoria gênero em seu trabalho, a chave de análise que aqui defendemos sobre os processos de socialização é a sua constituição e demarcação pelo sexismo⁵ - que diferencia, classifica e hierarquiza os papéis sócias de homens e mulheres, além de marginalizar e excluir todas as formas de identificação que fujam à perspectiva heteronormativa. Nessa direção, “(...) os corpos são significados pela cultura” (LOURO, 2000, p. 8), disseminando a partir de aparatos que incluem diversas mídias e pedagogias culturais – desenhos televisivos, filmes, livros, músicas, revistas etc...-, um modo de vida que se refere às princesas. Desse modo reafirma-se cotidianamente e constantemente que as garotas devem comportar-se como princesas – dóceis, passivas, dentre outros aspectos – para serem agradáveis e, portanto, aceitas pelos meninos e pela sociedade, de forma geral. No Brasil, recentemente (2013) causou espanto a criação de um curso com este fim, denominado “Escola de Princesas”, voltado para meninas de 04 a 15 anos. O curso, criado por uma psicopedagoga no município de Uberlândia, no ano de 2013, tem como objetivo ensinar as meninas/mulheres a se comportarem de acordo com a etiqueta, além de outros “conteúdos”: culinária e organização de casa: “(...) o curso tradicional de três meses ensina meninas de quatro a 15 anos desde os valores de uma princesa - como humildade, solidariedade e bondade - e como arrumar o cabelo e se maquiar até regras de etiqueta, de culinária e como organizar a casa. As aulas são ministradas por profissionais diversos, entre cabeleireiros, cozinheiras, nutricionistas e psicólogos” (FREITAS, 2016, s/p). Apropriado pelo mercado, a ideia da “Escola de Princesas” foi transformada em franquias e a proposta chegou até a cidade de São Paulo, seguindo roteiro idêntico. O ideal das princesas também chega até as crianças a partir de personagens de filmes de filmes da produtora estadunidense Disney, com personagens baseadas em contos de fadas como Branca de Neve e outros tipos de contos/histórias, embora, eventualmente, apresentem novas conformações⁶. Assim se educam, portanto, os corpos das meninas: o mecanismo de se fabricar princesas opera de forma explícita e implícita, contribuindo para a manutenção dos padrões de gênero estabelecidos. Este exemplo mostra o que Louro chama de generificação de corpos de homens e mulheres: a autora retoma todo o papel, inclusive das instituições escolares, com o uniforme e toda a tecnologia envolvida no comportamento exigido de meninas e meninos e, conseqüentemente, na produção da heterossexualidade, vista como o único exercício verdadeiro da sexualidade. Compreendemos esse processo como um “terror moral” (MAIA, 2007), na medida em que violenta e aprisiona os corpos e legitima apenas uma forma de ser e de viver. As formas de violência atingem um amplo espectro, indo desde vocábulos presentes na linguagem até a materialização na forma física, como agressões e feminicídios. No caso das mulheres, podemos exemplificar os vocábulos como “solteirona” (estudado por MAIA, 2007), “ficar para a titia”, “vadia”, dentre muitos outros, que são utilizados para (des)qualificar condutas e/ou

⁵ Pode-se definir o sexismo, basicamente, como uma ação e/ou concepção preconceituosa apoiada sobre as diferenças sexuais.

⁶ A pesquisadora Michele Escoura (2016) cita a tipificação que os próprios estúdios Walt Disney fazem acerca das princesas: Cinderela seria considerada clássica e Mulan, uma “princesa rebelde”. Esta questão – a socialização das meninas e o peso do “aprincesamento” e do matrimônio – será abordada com maior profundidade no capítulo seguinte do presente texto.

comportamentos. Não apenas as mulheres, mas até mesmo crianças que fogem a esta lógica são marginalizadas ou, até mesmo, silenciadas de forma a perpetuar a barbárie social estabelecida⁷. Acreditamos que diante deste cenário faz-se necessário que os movimentos sociais, as escolas, partidos políticos, coletivos e, enfim, toda a população, de forma geral, construam formas de resistências e (re)existências. Neste sentido, a oficina de desprincesamento não é uma ideia original nossa. Elas – oficinas de desprincesamento - começaram a ocorrer no Chile, em Iquique, formuladas por educadores e sociólogos. Mais tarde, tais oficinas foram “abraçadas” pelo Ministério da Justiça daquele país, ocorrendo em instituições responsáveis por atender as crianças (MENA, 2016). No Brasil as oficinas de desprincesamento, organizadas por movimentos e/ou ativistas feministas têm tido ações como o ensino/discussões sobre o que é assédio, aulas de defesa pessoal, dentre outras ações. No Brasil, para exemplificar uma destas oficinas, no município de Florianópolis, em 2017, um grupo de mulheres feministas, lideradas por Lúcia Moreira Senas, ofereceu o curso de desprincesamento para meninas de 06 a 14 anos. Inspiradas, portanto, nestas ações, é que viemos propor a atividade da OFICINA DE DESPRINCESAMENTO, com o objetivo de propiciar “desaprendizagens” acerca dos estereótipos e dos modos de vida atribuídos às meninas: crianças, jovens e adultas. Por tudo o que foi exposto, precisamos educar meninas e mulheres que não compreendam a violência como uma condição natural. Não queremos, com isso, responsabilizá-las pelas violências sofridas, mas, ao contrário, propiciar reflexões e ferramentas analíticas para identificar as violências subjacentes à educação e aos processos socializadores. A proposta da oficina está organizada de forma a dividir-se em três momentos: inicialmente de análise/ debruçar-se sobre os materiais que denominamos de pedagogias culturais que perpetuam o machismo/sexismo e naturalizam formas de violências. Em um segundo momento, trazemos a tona a imagem e o exemplo de mulheres que são o oposto das princesas e que, são – sistematicamente – invisibilizadas e/ou estigmatizadas pelo pensamento hegemônico vigente. Em um terceiro momento, há a proposta de exercícios corporais e técnicas do teatro para “corporificar” o desprincesamento. Explicamos, abaixo, como será cada momento: Momento 1 – Assistiremos a trechos de filmes cujas personagens centrais sejam as princesas. Optamos por filmes/revistas mais recentes, para ressaltar a permanência do “terror moral” (MAIA, 2007) e da naturalização da violência sobre as meninas/mulheres, seus corpos, seus projetos de futuro e modos de ser e de viver. Veremos cenas dos seguintes filmes: *A Bela e a Fera* (versão 2017); Curta-metragem brasileiro: *Quem Matou Eloá* (2015); Reportagens/ textos das seguintes revistas: *Atrevida*; *Capricho*; *TodaTeen*; *Men’s Health* e *Woman’s Health*; *Cosmopolitan NOVA*. A dinâmica da atividade se dará através da formação de pequenos grupos para análise/discussão sobre o material e, posteriormente, discussão no grande grupo. Momento 2 - Nesse momento a proposta inicial se mantém, contudo, apresentamos pessoas (de expressões de gênero diversas, incluindo aqueles e aquelas fora da perspectiva binária) que rompem com os padrões instituídos: corpos e modos de ser e de viver que não se encaixam nas definições binárias, essencializadas, perfeitas e reducionistas de macho e fêmea. Cenas de filmes: *Tomboy* (2011); *A Máquina Virou* (coletânea de curtas - documentários e ficção – produzidos pela Associação Brasileira de Documentaristas da Paraíba); *Frida Khalo* (auto-retratos e textos); Trechos de *O Quarto de Despejo*, de autoria de Carolina Maria de Jesus; Trechos do texto: *Pode o Subalterno Falar?* de Gayatri Chakravorty Spivak. Momento 3 - Exercícios teatrais para corporificar outros modos de ser e de viver e, portanto, alternativos ao aprincesamento ao qual estamos, todas e todas, submetidos e submetidas. Audição da música *Triste, Louca ou Má* (Francisco El Hombre). Vale ressaltar que a escolha por exercícios com base na arte teatral é uma prática de diversos movimentos sociais. No caso do Brasil o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) ficou conhecido pela criação da Brigada Nacional de Teatro Patativa do Assaré, com cerca de 40 grupos espalhados pelo país (FILHO, 2015). Portanto, compreendemos o teatro para além de uma concepção de entretenimento, mas, sobretudo, como gerador de novas condutas e propiciador de rupturas. Por fim, sinalizamos que os materiais para a realização da Oficina, tais como projetor multimídia com som e material impresso serão de nossa responsabilidade e teremos como levar. Referências: BERGER, Peter L.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do

⁷ Referimo-nos ao assassinato do garoto Alex, em março de 2014, no Rio de Janeiro. O pai bateu no menino até matá-lo porque ele gostava de “lavar a louça, dançar, etc.”, atividades consideradas pelo pai como exclusivamente femininas. O pai disse que surrava o filho porque deveria “tomar jeito de homem”. Na ocasião, o parlamentar Jean Wyllys escreveu uma carta publicada na revista Carta Capital: <http://www.cartacapital.com.br/politica/para-alex-com-carinho-9708.html> Acesso em 19 abr 2015.

conhecimento por Peter L. Berger e Thomas Luckmann; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 1985; ESCOURA, M. Girando entre Princesas: performances e contornos de gênero em uma etnografia com crianças/ Michele Escoura; orientadora Heloísa Buarque de Almeida. USP, 2012. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-o8012013-124856/pt-br.php> > Acesso em 22 jun 2016; FILHO, A.M.H. Comunicação, arte e cultura política nos movimentos sociais: a teatralidade sem terra e a literatura zapatista. Grupo de Pesquisa da Comunicação e Sociedade do Espetáculo. 3º Seminário Comunicação, Cultura e Sociedade do Espetáculo. Faculdade Cásper Líbero, 2015. Disponível em: < https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2016/04/AlexHilsenbeck_Semin%80Aorio-2015.pdf > Acesso em 25 mar 2017; FREITAS, H. Escola de princesas ensino etiqueta, culinária e organização de casa a meninas de 4 anos. 2016. Disponível em: < <http://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,escola-de-princesas-ensinaetiqueta-culinaria-e-organizacao-de-casa-a-meninas-de-4-a-15-anos,10000081544> > Acesso em 01 dez 2016; LOURO, G. L. (org.) O corpo educado. Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2000. Disponível em: Acesso em 1 dez. 2016; MAIA, C. J. de. A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948). Tese (Doutorado em História). UNB, 2007. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2331/1/2007_ClaudianeJesusMaia.PDF > Acesso em 1 dez. 2016; MENA, Fernanda. ‘Febre de princesas’ impulsiona escola e gera oficina de ‘desprincesamento’. Jornal Folha de São Paulo, seção Cotidiano, 16/11/2016. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/11/1832619-febre-deprincesas-impulsiona-escola-e-gera-oficina-de-desprincesamento.shtml> > Acesso em 25 mar 2017.

21. PRESENÇA E AUSÊNCIA DE DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS UNIVERSIDADES

Proponentes: Bárbara Alves Pereira (Mestranda no Instituto de Psicologia/UFRJ); Eduardo Francisco Corrêa Lancelotti (Graduando no Instituto de Psicologia/UFRJ); Rodrigo Belcastro Pereira (Graduando no Instituto de Psicologia/UFRJ)

Resumo: Gênero e Sexualidade aparecem como questões bem atuais, na medida em que examiná-las e discuti-las é uma demanda que ganha força tanto nos espaços de ativismo de diferentes militâncias quanto nos amplos campos acadêmicos das universidades. Apesar de grandes avanços nos debates desses temas, nas últimas décadas, é notório o descompasso com a formação de pessoas profissionais de diferentes áreas. O lugar desses temas nas universidades é, ainda, insurgente, repleto de potências inexploradas. Mas cabe dizer que não é um lugar plenamente vazio, completamente ausente dessas discussões, haja visto a crescente organização de coletivos em torno de pautas feministas e LGBT+. Desta forma, surgem diversas questões de destaque, como, por exemplo: De que maneiras esses temas têm sido compreendidos nesses espaços - como conceitos amplos, vivos, subjetivos ou como categorias plenamente políticas, instrumentos de uma união social? Essas discussões ocorrem nas salas de aula e nos espaços de militância, ou são transferidos de um campo ao outro, ou mesmo de um terceiro lugar? Quais os esforços empenhados na manutenção dessa discussão? Quais são os agentes envolvidos - tem sido do interesse da docência, das pessoas alunas? O que resulta dessas discussões - atos políticos, intervenções públicas, trabalhos acadêmicos? Tendo por base o curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do qual destacamos os pontos de emergência dos temas “gênero” e “sexualidade” a partir das experiências e avaliações de diferentes componentes do curso - de pessoas alunas e professoras aos coletivos políticos e em observações sobre os processos de construção e efetivação dos currículos relevantes - pretendemos, na oficina, disparar e mediar uma discussão sobre o lugar desses debates na academia. Com a presença de pessoas de diferentes formações, almejamos uma discussão aberta, dinâmica, com a voz de todas as pessoas, de modo a acessar suas experiências e provocar reflexões acerca das suas universidades de origem. A oficina, portanto, será conduzida a partir de uma breve apresentação do cenário encontrado no curso de Psicologia da UFRJ - sobre os pontos de promoção desses debates, as faltas percebidas e criticadas pela discência e docência, entre outros aspectos -, desenvolvendo com um diálogo com as pessoas presentes, no qual buscamos produzir um mapeamento desses pontos de encontro entre diferentes formações.

22. (DES)AFETOS EM VIVÊNCIAS DE GÊNERO, SEXUALIDADE, RAÇA E ETNIA: EXPERIMENTAÇÕES COM PRÁTICAS CIRCULARES

Proponentes: Mariana Torreão Brito Arcoverde (Mestranda em Direitos Humanos/UFPE); Maria Moura e Silva (Mestranda em Direitos Humanos/UFPE)

Apresentação: A oficina propõe um espaço de compartilhamento de experiências relacionadas às

múltiplas formas de violência de gênero. No contexto dessa prática circular, o diálogo é responsável pelo encontro do Eu com o Outro, promovendo o equilíbrio entre dor e afeto, o desenvolvimento de reconexões comunitárias e o potencial de cura de relações/traumas relacionados ao gênero em suas intersecções com raça, classe, etnia, sexualidade etc. Adotando o método do círculo de diálogo proposto por Kay Pranis (2011), o qual apresenta-se como uma poderosa ferramenta psicossocial de aprofundamento da sociabilidade humana, busca-se trazer à tona as experiências das/dos participantes enquanto vivências de gênero. Objetivos: A oficina objetiva a emergência das experiências vivenciadas pelas pessoas de modo compartilhado e, a partir disso, construir um aprendizado coletivo sobre as múltiplas formas de violência de gênero experimentadas pelas/pelos participantes. Trabalhando com a alteridade, busca-se fomentar um autoconhecimento das/dos integrantes do círculo, criando pontes entre si a partir da socialização das vivências, suas representações e possíveis ressignificações. Metodologia: A construção de aprendizado sobre violência de gênero será desenvolvida a partir do método de círculo de diálogo (PRANIS, 2011). Os círculos de diálogo são uma ferramenta utilizada em diversos espaços de interação psicossocial, nomeadamente no campo da justiça restaurativa, mas também como “instrumentos pedagógicos efetivos de cura, de conscientização, de união de grupos, de formação para iniciativas sociais, de inclusão social” (PELIZZOLI, 2014, p. 137). Em um primeiro momento, é feita a explicação do processo circular, com uma breve contextualização histórica. Em seguida, é aberto círculo, iniciado com as apresentações. Posteriormente, as trocas de experiência serão facilitadas pelas proponentes, com base em um roteiro aberto de perguntas.

Referenciais: CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, Chicago, vol. 1989, n. 1, artigo 8, 1989; LAGARDE, Marcela. Identidad de género y derechos humanos. La construcción de las humanas. IN: Papadimitriou Cámara Greta (Coord.). Educación para la paz y los derechos humanos. Distintas miradas. Asociación Mexicana para las Naciones Unidas. A.C./ Universidad Autónoma de Aguascalientes y El Perro sin Mecate. México, p. 71- 106, 1998; PELIZZOLI, Marcelo L. Círculos de diálogo: base restaurativa para Justiça e os Direitos Humanos. IN: FARIA SILVA, Eduardo; GEDIEL, José Antônio Peres; TRAUZYNSKI, Sílvia Cristina (Orgs). Direitos humanos e políticas públicas. Curitiba: Universidade Positivo, 2014; _____. (Org.) Cultura de paz: alteridade em jogo. Recife: EDUFPE, 2009; PRANIS, Kay. Processos circulares. São Paulo: Palas Athena, 2011.

23. QUEM CALA, NÃO CONSENTE!

Proponentes: Natasha Chaves Medeiros (Graduanda de Psicologia/UFC); Juliana Silva Pinho (Graduanda de Psicologia/UFC); Amanda Araujo Mendes (Graduanda de Psicologia/UFC).

A oficina “Quem cala, não consente!” ou oficina de Sexualidade, Consentimento e Cuidado em Saúde, é uma iniciativa do NUCED (Núcleo de Estudo Sobre Drogas) e tem a intenção de proporcionar um espaço de abertura e diálogo a partir da observação de demandas sobre esses temas – com base nas vivências de estudantes, dentro e fora do meio acadêmico. Além disso, a temática também abrange infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e outras questões que perpassam a saúde – física e psicológica – dos alunos e alunas. Dessa forma, nosso objetivo é informar, discutir e produzir conhecimento sobre assuntos que dizem respeito, também, ao conforto e à segurança dos indivíduos em suas relações interpessoais, profissionais e ao cuidado consigo mesmo. A discussão será feita a partir da perspectiva em saúde de redução de danos, que tem como princípio a liberdade de escolha e a autonomia de cada um, visando, então, promover o autocuidado. Temos como objetivos a) discutir o conceito de Consentimento que, apesar de aparentemente simples, ainda suscita as mais diversas reações, o que nos leva a acreditar que, na prática, não seja tão claro para todos; b) favorecer a troca de histórias e experiências que envolvam consentimento e qualquer elemento que se relacione à sexualidade, que localizem a teoria na experiência real vivida ou observada; c) conversar sobre infecções sexualmente transmissíveis, trazendo informações sobre diferentes condições de saúde e janelas de imunidade d) demonstrar o uso de preservativos femininos e masculinos (em próteses de aparelhos genitais feminino e masculino) e desmistificar o uso das camisinhas e) apresentar a perspectiva de redução de danos e discutir sobre práticas sexuais envolvendo o uso de drogas f) fomentar práticas de autocuidado e cuidado com o outro em saúde acerca dos temas abordados. A oficina tem como público alvo estudantes universitários. A carga horária sugerida é de três a quatro horas e indicamos a

participação máxima de 25 estudantes. Os materiais usados seriam próteses genitais masculina e feminina, notebook, projetor de imagens, caixa de som e camisinhas masculinas e femininas.

24. SER MULHER POBRE EM VULNERABILIDADE SOCIAL NA RESISTÊNCIA PELOS DIREITOS HUMANOS A PARTIR DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proponentes: Silvana Queiroz do Nascimento (Pós-Graduada em Psicologia Social e Comunitária/UFPE. Arte Educadora do SCFV – Prefeitura da Cidade do Recife); Edson de Souza Lima (Pós-graduando em Direitos Humanos/UFPE. Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero Vivencial, Chefe de Divisão SCFV – Prefeitura da Cidade do Recife)

Resumo: Essa oficina tem como objetivo compreender a atuação das Políticas Públicas de Assistência Social e as contribuições da sociedade civil na garantia dos direitos humanos para as mulheres pobres. No 1º Encontro do Projeto Diálogos Formativos, em 2016, foi realizada a oficina de Gênero e Sexualidade para profissionais do SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos - de 04 municípios do estado de Pernambuco. Nesse encontro, teve destaque a problemática da equidade de gênero, o papel da mulher nas relações sociais e as diferenças nas vivências de sua sexualidade. Essa temática foi uma demanda de momentos realizados no âmbito das convivências sociais nos grupos do SCFV. Por isso, é importante o aprimoramento das ações e práticas profissionais dos agentes públicos da assistência social. Trabalhar esse tema nos possibilita o entendimento de como intervir com as mulheres que estão em vulnerabilidade social, quer seja com a finalidade de prevenir situações de riscos para família, como também para intervenção da violência física, psicológica, sexual; situações de rua, abandono ou ainda discriminação por orientação sexual, raça /etnia e alienação parental. Nessas questões seguiremos orientados por autoras/es como Buttler, Borillo, Rios, e as concepções e cadernos de orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social quando fomentou a política nacional de assistência social. A partir dessa contextualização, a forma metodológica será inserir as/os participantes numa dinâmica que pode fazer vir a tona a maneira estigmatizada da mulher pobre no âmbito social, político, econômico e cultural. Em seguida, a construção de um mapa ilustrará como as mulheres pobres vivem e onde está à política pública de assistência social para cada contexto explicitado e, por fim, será suscitada uma leitura e discussão em grupos de estudos de casos para reflexão e, posterior socialização de experiências, a partir das realidades sobre vulnerabilidade social e a prática profissional exitosa que construa um lugar equitativo das mulheres. Dessa maneira, o objetivo é contribuir no acesso ao (re) conhecimento da composição e formas de articulação das redes socioassistenciais nas regiões onde cada participante vive formada pelas organizações governamentais e não governamentais, além de subsidiar os saberes para acionar essa rede quando identificar violação de direitos humanos das mulheres pobres.

25. OFICINA INVESTIGATIVA DE BUTOH: DESFAZENDO GÊNEROS, DESCONSTRUINDO ESTÉTICAS E EXPRESSANDO TEMPORALIDADE(S) NO ESPAÇO

Proponente: Adriano Cruz Duarte (É performer independente, discente do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e suas Tecnologias pela Universidade Federal do Sul da Bahia. Coletivo LGBT Flor de Lótus/UFSB)

Resumo: A proposta visa executar uma oficina investigativa retratando os aprisionamentos cotidianos aos quais os indivíduos com orientação sexual e/ou identidades de gêneros distintas da norma estão sujeitos, fitando as angústias causadas pela insegurança de viver em uma sociedade onde o sexo ainda é educado para a reprodução e o corpo é domesticado segundo os preceitos cristãos da “moral”. Pretende-se utilizar a arte da encenação e as expressões do Eu Vívido e Móvel, como sugere o Butoh, dança japonesa que surge como uma inquietação artística do pós-guerra, criada por Tatsumi Hijikata em 1940, visando desconstruir os padrões das renomadas danças, peças e músicas, executando em Tóquio o que havia pensado sobre a recuperação e a vitalidade das forças humanas, incertezas, angústias e desprazeres sociais, vindo a fazer oposição a invasão cultural ocidental. Kazuo Ohno é o segundo artista mais conhecido dessa modalidade e as estruturas dos movimentos avulsos, o deslocamento da natureza orgânica e as peculiaridades do corpo, bem como as expressões de gêneros em suas apresentações são de relevância investigativa.

Desse tanto, a oficina será prática com provocações teóricas, pois esse estilo tenta através das artes problematizar filosoficamente políticas, identidades, sexualidades, sociedade e se encarrega de proferir um discurso que está no campo da pós-modernidade, conforme diz Foucault (“As palavras e as coisas”, 2010, 541p.) que nada é exato e nenhum conceito, corpo ou prática serão sempre perfeitos ou mesmo normais, pois, a sociedade é como o ser humano, que se degenera enigmáticamente. Pensando nisso, viu-se a necessidade de dialogar sobre a desconstrução dos gêneros através desta, onde serão ensinadas algumas técnicas básicas de gesticulação de face e mãos característica do Butoh através de recursos cênicos, buscando experimentar novos movimentos corporais por meio de questões cotidianas a partir de reflexões do universo Queer, levando em consideração o novo. Para estruturar a parte física e técnica será necessário: uma sala; caixa de som; notebook; cabos de conexão de áudio; extensão de tomada; e cadeiras. O proponente estará caracterizado como exige o Butoh, não sendo necessário que os participantes se caracterizem; o notebook, os cabos e a caixa de som, para reproduzir a música escolhida durante a oficina, que foi pensada para 20 pessoas. Desse modo, o proponente poderá melhor trabalhar o tempo de execução. Sobre a especificidade da questão, é válido pontuar que será levado em consideração os traços contextuais e circunstanciais que cercam a vida, o tempo e o espaço, inquietando os participantes no momento da oficina sobre a dor que carregam corpos reprimidos por não se enquadrarem nas normas sociais da heterossexualidade e/ou do binarismo de gênero imposto. Através da mesma, pretende-se expor conteúdos e movimentos plurais para que possam ser experimentados, pensados e reproduzidos ao término da oficina com autonomia e independência pelos participantes.

26. TERRA, FOGO, ÁGUA E AR. O CORPO, A DANÇA E O MITO: O PODER FEMININO NO BALÉ DAS YABÁS

Proponentes: Jóyce Kaynara Silva Gomes (Graduanda em Direito/UEPB. Dofona de Yemanjá do Ilê Axé Ojú Ofá Dana-Dana); Glaycianny Pires Alves Lira (Graduanda em Psicologia/Univasf. Ekede de Oyá do Ilê Asê Oyá Opò Sidè Omi Osun).

Apresentação: O Candomblé, religião brasileira de matriz africana, tem seu início incertamente datado em meados do século XVIII, ainda sob a forma de calunduns, regido primordialmente por mulheres negras. Aqui, elas trataram de remontar a “África” imaginada, reunindo, elaborando e recompondo seus objetos de pertencimento, ressignificando práticas, traduzindo e transformando o mundo mítico-religioso adormecido na alma de cada um de seus filhos, já que é na unidade corpo-espírito-indivíduo-coletividade que se revela o deus, ou a deusa, interior. Dentro desse processo de redescoberta pessoal que a religião proporciona e, tendo como ponto importante um reencontro com o feminino ancestralizado e vivo, através dos atos ritualísticos próprios do candomblé, deve-se ater-se às questões de gênero, que, segundo Filho (2005) foram, desde sempre, estimadas – e até determinantes – para as sociedades, sobretudo quando se trata de uma cultura que valoriza sua historicidade – historicamente construída e perpetuada, como é o caso do candomblé: uma religião tão próxima da cultura do seu povo que chega a se confundir o que é rito do que é ato de vida cotidiana. Bernardo (2005) abaliza para uma disjunção de gênero nas religiões de matriz africana, e descreve o contexto, com esse parâmetro de diferenciação e a constituição social geradora das religiões, a saber as tradições africanas. O autor aponta, outrossim, para a diferença entre o tradicional patriarcado ocidental e o poderio feminino desempenhado nas religiões de matriz africana, como afiança: “torna-se possível imaginar a abrangência do fascínio, a dimensão da surpresa e o próprio estranhamento, no dizer antropológico, do encontro de uma religião em que no lugar do masculino está o feminino” (BERNARDO, 2005, p. 01) Em síntese, portanto, as questões de gênero perpassam, e além, atravessam, as formações e funcionamento das religiões, pois são as religiões, não mais que instituições pertencentes ao social e como tais, absorvem a interferência do sócio-histórico construído. Como afirma Bordieu (2002) as formações sociais são determinantes em instituições e há, dentro dessas gêneses socioculturais um ponto importante, que é a questão do gênero. Sobre esse processo, humano, divino e, visivelmente perpassado pelo feminino e suas nuances - e não estamos falando aqui de um feminino estereotipado, mas do feminino da fêmea, mulher, deusa - um rito que pode reportar muito bem a tudo isso é a dança. As danças do candomblé são uma busca do sagrado, feita através de uma longa aprendizagem e no silêncio; elas poderiam ser equiparadas, conforme Bourguignon (1976), a uma meditação ativa, pois depois de ter

sido criado o vazio, surgiu a forma, a essência do orixá. A dança de possessão, portanto, é a "exibição em ato daquilo que é evocado pela música". (SEGATO, 1995, p. 168 apud BARBARA, 2002, p. 146). Considerando essa visão da dança e atrelando a ela o poder de recontar a história de um povo é que propomos essa oficina, com o intuito de transmissão cultural e apropriação de uma consciência sócio-corpóreo-cultural que é permitida/instaurada a partir dos passos ritualísticos do balé das Yabás.

A oficina de título "TERRA, FOGO, ÁGUA E AR. O corpo, a dança e o mito: o poder feminino no balé das yabás" segue, assim, a perspectiva de possibilitar a expressão e a comunicação corporal das identidades, histórias pessoais, comunidades e regiões, através das danças apresentadas no Xirê, mais especificamente das orixás mulheres - Yabás - no cultivo ao corpo individual e suas referências, e ao corpo coletivo e o sentimento de pertencimento. A dança, ou as danças no Xirê dos Orixás é, segundo Sabino e Lody (2011, p. 54) "uma sequência coreográfica que organiza e determina uma liturgia dançada coletivamente", sendo ainda fenômeno de comunicação artístico-cultural natural por meio do corpo em movimento. Fábio Lima (2008) no prefácio do livro "A dança de Yemanjá Ogunté: sob a perspectiva estética do corpo" diz: "não tem significado se não lê-lo em seu contexto, em seu fundo, posto que, longe do corpo ser apenas um fragmento no espaço, não haveria espaço se não tivesse para o ator, o corpo". Chama-se, aqui, de balé das Yabás, todo o rito de dança-cultura que envolve as grandes deusa-mulheres do candomblé: Oyá, Obá, Yewá, Yemanjá, Oxum e Nanã, bem como todas as histórias e estórias por trás das danças. Para melhor caracterizar cada uma dessas mulheres divindades optou-se por nomear suas performances, fazendo-se entender através da ideiação: Oyá e a dança do Vento; Obá e o rio de sangue e paixões; Yewa de fina estampa; Yemanjá, o mergulho da Mãe-Peixe; Oxum, a deusa do espelho d'água e Nanã, memória e sabedoria ancestral. Para falar em religiões de matriz africana, mais especificamente de Candomblé, é interessante que se observe o processo cultural envolvido e "encoberto (em mistério e rito) e recoberto (em construção sócio-histórica) em uma lógica hierarquizada de costumes e hábitos advindos das antigas tradições yorubás (sociedades africanas)" (SILVA & LIRA, 2016, p. 01). Esses rituais, muito característicos das religiões de matriz africana, caracterizam-se por toda uma formação social e identitária, que pode ser visualizada através das histórias dos orixás - itãs - ou por meio da sua representação mítica corporal: a dança. A dança no candomblé tem uma clara origem africana. Tudo o que acontece, inclusive nas danças de rua na Bahia, aponta para isso: a importância do grupo, o uso do corpo, a gestualidade, a postura dos pés, a relação com a terra, a pulsação rítmica que dá origem ao movimento, a repetição dos gestos, tudo isso nos leva a perceber a clara ligação das danças do candomblé com as africanas ocidentais. (BARBARA, 2002, p. 132). Partindo desse pressuposto, a dança, tanto para praticantes do candomblé quanto para quem observa essa manifestação mítica, vai além de passos ritmados ditados pelo som dos atabaques ou dos ilus, representa a cultura viva de um povo, reproduz o que os orixás viviam e mantém ativa a expressão de um povo, suas crenças e credos. Para Sabino e Lody, "o conhecimento específico de cada passo, postura corporal, gesto, olhar, dinâmica e volume, faz da dança ritual-religiosa uma manifestação extensiva de toda experiência cotidiana do indivíduo, também correlacionado com o grupo ao qual este é integrado" (2011, p. 114). Sendo assim, o minicurso apresentará e saudará os orixás do sexo feminino mais cultuados nos Candomblés do Brasil: Oyá, Obá, Yewa, Yemanjá, Oxum e Nanã, apresentando, através da dança, da música, das histórias, dos itãs e afins as considerações sobre as etnocoreografias e o aspecto estético das danças do Candomblé. **Objetivos:**

Entendendo que a compreensão do corpo e do mundo é fundamental para que cada um ocupe seu espaço social de pertença; que o modo de atuação das tradições religiosas molda a personalidade dos indivíduos; e que a manutenção da cultura e das tradições nas religiões de matriz africana tem se dado tanto pela oralidade, na contação dos mitos e na passagem de conhecimento de forma dinâmica, bem como pela performance, é que tem-se por objetivo retratar, por meio da dança e da corporalidade, o universo mítico-ritualístico feminino, no Candomblé, os mitos e histórias que dão suporte e fundamento para o balé das Yabás. Tem-se, assim, como objetivos específicos: 1. Assimilar a ideia de que "a dança é simultaneamente aquisição de conhecimento, manifestações de um modo elaborado da corporeidade, sensibilidade, e uma significativa forma de comunicação" tal como tratam Sabino e Lody (2011, p. 177), entendendo corporalidade, aqui, como a representação do corpo em movimento -o jeito de dançar- que ostenta vestimenta litúrgica e atributos embalados pela identidade do som; 2. Valorizar as experiências e as memórias das comunidades tradicionais de terreiro enquanto espaços e templos de resistência e empoderamento não só das mulheres negras, mas de todas as potencialidades femininas que habitam esses espaços tão sagrados quanto

humanos;

3. Expor, através da dança e das histórias que a subjazem, as peculiaridades do feminino nas religiões de tradição iorubá.

Tópicos da oficina: Utilizando os autores referenciados anteriormente para a construção da presente oficina é que elencamos, baseando-nos em suas respectivas obras, os seguintes tópicos como essenciais para uma formação curta, porém profunda, no tocante à relação Indivíduo-Divindade no candomblé, e, principalmente, no balé das Yabás: 1. As religiões de origem africana no contexto brasileiro: o candomblé Num primeiro momento tratar-se-á dos contextos da diáspora, bem como dos processos de formação dos Calunduns, forma germinal do que hoje em dia se tem como Candomblé, além de tratar de forma genérica das dialéticas entre nações (Ketu, Jeje, Angola, Nagô e etc.) 2. Os modelos míticos Em seguida, tem-se a identificação da origem divina e apoio do corpo de mitos enquanto relatos de uma infinidade de situações envolvendo os deuses e os homens, as plantas, os animais, a natureza e a vida em sociedade, além da importância do oráculo e o conhecimento de si e do mundo. 3. A dança como tradução dos fatos oriundos da natureza, o som, os domínios e os arquétipos As danças circulares, o Xirê, a identidade do som (adabi, adarrum, aguere, alujá, bravum, huntó, ijexá, opanije, sató...) e a dança de cada Santo contando partes de suas histórias no Orum e no Ayê (no céu e na terra) serão objetos desse momento durante a apresentação do presente minicurso. 4. Os signos de poder: a indumentária, as jóias de axé e a performance durante o processo ritualístico. Já no quarto e penúltimo ponto tratar-se-á do processo de construção da identidade dos adeptos ao Candomblé, a influência das indumentárias, as posturas dos corpos, o uso das roupas (axós) e os papéis e status de cada cargo dentro da lógica do culto. 5. O aprendizado da dança na pedagogia do Axé e a perpetuação, através do repasse cultural entre as gerações. Por fim, tem-se as possibilidades para pensar a dança como instrumento de resistência cultural, vivida a partir do universo mítico-ritualístico do candomblé e utilizada como mecanismo de acesso, de passagem e de transferência. É pretendido, assim, que ao final do minicurso os participantes tenham um conhecimento fixado, a partir da vivência típica do ambiente do terreiro, numa perspectiva de aprendizado que leva em consideração o corpo e sua relação profunda com a natureza; é pretendido desenvolver o presente projeto (minicurso) seguindo a seguinte ordem: Oyá, Obá, Yewa, Yemanjá, Oxum, e Nanã. Referenciando-se às grandes deusas, matriarcas do candomblé.

Método: Tem-se a pretensão da formação de um semi-xirê em sala de aula, tendo como foco o balé das Yabás, onde o conhecimento será reproduzido e passado com a ajuda dos alabés e/ou huntos, mediante o uso de atabaques, agogô e agbè. As histórias e mitos de Oyá a Nanã serão contadas, bem como será tratada a forma como se manifestam os modelos míticos, os arquétipos, as relações com seus respectivos “filhos de cabeça”, a indumentária e afins, tal como previsto nos tópicos supratratados. Será necessário, para tanto, espaço fechado e acusticamente adequado, bem como livre de mesas e cadeiras para formação do semi-xirê, além dos instrumentos musicais (Rum, Rumpi e Lé, agogô e Agbè) ou caixa de som, computador e datashow, caso não seja possível a primeira proposição. A escolha da metodologia a ser adotada, com locomoção, gestos e outros, enquadra-se na perspectiva da observação/participação e da qualidade da dança ritual por meio da coreografia, remetendo os sentidos de volta ao tempo passado, ao braço dos ancestrais, ao tempo mítico e, assim como afirma Ligiéro (2006, p. 69), relaciona-se à ideia de supressão às fronteiras territoriais, “contrariando o sentido do tempo cronológico”; vez que o tempo não gira no sentido do relógio, mas como a roda do ritual, buscando um contato mais profundo com a ancestralidade. Possíveis desdobramentos: Pensar em corpo, corporeidade e religião é propiciar um autoconhecimento corporal que vai além de músculos e balanços, mas remete a um poder redescobrir origens e reconciliar-se com o sagrado em si, no caso, com esse sagrado feminino que nos habita. Ademais, as performances aqui resumidamente descritas e a proposição de desenvolvê-las junto a um público que busca discussões sobre gênero e os perpassos culturais que, claramente, o atravessam, tem o intuito de propiciar um maior conhecimento sobre a cultura das religiões de matriz africana - extremamente rica em desconstruções de gênero.

Por fim, como o nome do próprio evento sugere, esta oficina pretende desfazer estereótipos e construir conceitos a partir da experiência e não do pré-conceito e pré-conhecimento, mas propicia uma importante re-construção do feminino ligado às religiões de matriz africana - um tema que ainda, infelizmente, quase não é explorado.

Referências bibliográficas: AUGRAS, M. O duplo e a metamorfose: a identidade mítica em comunidades nagô.

2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008; BARBARA, R. A dança das Aiabás: dança, corpo e cotidiano das mulheres de candomblé. São Paulo, 2002. (Tese de doutorado); BERNARDO, T. O candomblé e o poder feminino. Revista de Estudos da Religião: São Paulo, 2005. Disponível em: < http://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/p_bernardo.pdf > Acesso em 25 mar 2017. FILHO, A. T. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. Campinas, 2005. Disponível em: < <http://www.observe.com/upload/766fb42eaf1cc0177d43dde66e95fdff.pdf> > Acesso em: 25 mar 2017; LIGIÉRO, J. L. Iniciação ao Candomblé. Rio de Janeiro: Record, 1993; LIRA, G.P.A. Papéis de gênero em religiões de matriz africana: o feminino, o masculino e a tradição. XI Colóquio Nacional de Representações de Gênero e Sexualidades. Campina Grande, 2015; MARTINS, S. A dança de Yemanjá Ogunté: sob a perspectiva estética do corpo. Salvador: EGBA, 2008; NASCIMENTO, J. do. Direitos Humanos, Multiculturalismo e as Diversidades Culturais. Campo Grande: IDHMS, 2010; PAIM, P. A verdadeira liberdade. In RIBEIRO, Matilde (Org.). As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012; PRANDI, R. Mitologia dos Orixás. São Paulo: Companhia das letras, 2001; SABINO, J.; LODY, R. Danças de matriz africana: antropologia do movimento. Rio de Janeiro: Pallas, 2011; SANTOS, A. C. dos. Cultura e identidade negra, importantes pilares para a democracia. In RIBEIRO, Matilde (Org.). As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012; SCHWARCZ, L.; STARLING, H. M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das letras, 2015; SILVA, A. C. A África explicada aos meus filhos. Rio de Janeiro: Agir, 2012; SILVA, V. G. da. Exu: o guardião da casa do futuro. Rio de Janeiro: Pallas, 2015; SILVA. C.S.; LIRA. G.P.A. De vento e fogo: relações de gênero nas representações mitológicas de Oyá e Xangô. XII Colóquio Nacional de Representações de Gênero e Sexualidades, Campina Grande, 2016.

27. “MELODIA ANCESTRAL, DOS SONS DE ÁFRICA E DO SOM HÍBRIDO BRASILEIRO; BATUQUES DE ILUS, AGOGÔS E AGBÉS, DO RITMO IJEXÁ AO PASSO MARCADO DAS/OS MESTRES/AS JUREMEIRAS/OS”

Proponente: Rogério do Carmo Ferreira da Luz (Sacerdote do Candomblé Nagô, percussionista e cantador)

Resumo: A oficina tem por objetivo propor a experiência de contato direto com a música tocada nas casas de Candomblé e Jurema. Trazendo-nos um pouco da história de tais ritmos em toda sua força ancestral e potência híbrida. Os sons que vieram de África resistiram com o povo africano e seus descendentes diante do flagelo da escravidão, das precárias condições de vida do povo negro escravizado, do poder do senhor de escravos e do feitor. A crença africana nas divindades Orixás e seu culto marcado pela melodia dos cantos e tambores tiveram de incorporar elementos do Catolicismo branco para resistir, em uma relação híbrida de duras penas, sangue e colonização o jeito foi esconder a simbologia das divindades africanas nos arquétipos dos santos católicos. Com o passar do tempo, o hibridismo que ocorreu em terras brasileiras construiu a religião Candomblé que preserva o ritmo Ijexá que é um passo leve como de quem amassa o barro, se arrastando lentamente, como o som de águas, os cantos e toques dirigidos em adoração as divindades Orixás. Jurema é nome de uma planta do Nordeste brasileiro, do bioma Caatinga, se constitui em uma árvore arbustiva pertencente à família *FEBACEAE*, também conhecida como Jurema Preta ou Mimosa designa o nome de uma corrente religiosa, híbrida das práticas indígenas de pajelança, dos costumes dos velhos caboclos litorâneos e sertanejos, dos chamados pretos velhos remanescentes do sistema escravista, de alguns ideais espíritas e do Candomblé, típica nordestina, principalmente dos estados de Paraíba e Pernambuco. Na Jurema Sagrada se usa Maracás e Caxixes para marcar o tempo da fumaça dos catimbozeiros com seus cachimbos defumando o terreiro, mais recentemente também foi incorporado aos cânticos a marcação do tambor, do agbé e do agogô para saudar mestres e mestras juremeiras, caboclos, crianças, exus e pomba-giras, pretos velhos e todo o povo encantado/a. É através da preservação e experiência com esses ritmos sagrados que toda uma história ancestral se reaviva e que os símbolos e histórias esquecidas e massacradas pela história oficial branca e colonizadora resistem no tempo. Duração: 4 horas. Instrumentos de experiência: Agogô, Agbé, bombo e maracás.